Demonstrações Financeiras 1T25

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas ao primeiro trimestre de 2025. Seguimos todas as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Comentário Econômico

A economia brasileira deve ter dois comportamentos distintos ao longo deste ano. A safra recorde de grãos colhida no primeiro trimestre e o mercado de trabalho ainda aquecido irão impulsionar o PIB como um todo na primeira metade de 2025. Porém, a partir do segundo semestre, a elevação da taxa Selic e a redução do impulso fiscal deverão resultar em desaceleração da atividade econômica. Esse movimento deve ser reforçado pela desaceleração da economia global. Nossas projeções indicam que o PIB crescerá 1,8% em 2025.

A piora das expectativas de inflação e a forte desvalorização do câmbio em 2024 levaram o Banco Central a subir a taxa Selic para 14,25%. Acreditamos que a crescente incerteza no cenário internacional fará o Bacen interromper o ciclo de alta dos juros em 14,75%, para então avaliar seus próximos passos.

A política tarifária norte-americana passou ao centro dos debates econômicos. A possibilidade de uma disputa comercial entre os EUA e seus principais parceiros coloca um risco para o desempenho da economia global. Os impactos dessas medidas ainda são incertos, porém o protecionismo norte-americano pode trazer oportunidades de ampliar acordos comerciais entre os países afetados e abrir novos mercados às exportações brasileiras.

Destaques do Período

Em março de 2025, o Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) realizou as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, cumulativamente, de forma que foram aprovadas as seguintes matérias: contas dos administradores e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social; destinação do lucro líquido do exercício de 2024; eleição dos membros do Conselho Fiscal; fixação da remuneração global e verba previdenciária, aos administradores, para o exercício de 2025; eleição do senhor Rogério Pedro Câmara, como membro do Conselho de Administração e alteração parcial do Estatuto Social.

Além disso, o Bradesco comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em continuidade ao Comunicado ao Mercado divulgado em 9 de agosto de 2024, após a verificação do cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos documentos, em 10 de fevereiro de 2025, foi concluída a transação com a John Deere Brasil S.A., na qual o Bradesco, por meio de uma de suas controladas indiretas, passou a deter 50% de participação no capital social do Banco John Deere S.A.

Por fim, o Bradesco divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral, o Fato Relevante referente ao *Guidance*, em cumprimento ao disposto no Parágrafo 4º do Artigo 157 da Lei no 6.404/1976 e Resolução CVM nº 44/2021, o qual demonstrou ao mercado suas projeções de crescimento para o ano de 2025.

informações selecionadas 1T25

LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL

R$ 5,8 bi

△ +37,8% a/a

LUCRO POR AÇÃO
R$ 0,52 ON
R$ 0,58 PN

ROAE
14,3%
△ +4,1 p.p. a/a

VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO
R$ 15,52

VALOR DE MERCADO
R$ 127,0 bi

ÍNDICE DE CAPITAL - NÍVEL I
13,0%
△ 0,6 p.p. t/t △ 0,3 p.p. a/a

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (1)

R$ 164,2 bi

△ +2,3% a/a

JCP R$ 3,3 bi (bruto) | *Payout* 59% (bruto)

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA
(Mar25 vs. Mar24)

R$ 1.005,1 bi (+12,9%)

PESSOAS FÍSICAS: **R$ 432,9 bi** (+16,2%)

PESSOAS JURÍDICAS: **R$ 572,3 bi** (+10,6%)

PROVISÃO PARA CARTEIRA EXPANDIDA (2)
(Mar25 vs. Mar24)

R$ 57,8 bi (+0,1%)

DEPÓSITOS TOTAIS
(Mar25 vs. Mar24)

R$ 621,6 bi (+2,3%)

A Prazo: **R$ 461,8 bi** (+5,3%)

Poupança: **R$ 126,1 bi** (-1,0%)

À Vista: **R$ 33,7 bi** (-19,5%)

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (3)
Mar25

R$ 793,8 bi

VJORA: **R$ 98,2 bi**

VJR: **R$ 418,6 bi**

Custo Amortizado: **R$ 277,0 bi**

(1) Atribuído aos controladores;

(2) Os saldos anteriores ao 1T25 estão sendo apresentados de acordo com a prática contábil vigente para os períodos. A partir de 2025, os saldos estão apresentados no modelo de perda esperada, em conformidade com a resolução CMN nº 4.966/21; e

(3) Com a adoção da resolução CMN nº 4.966, a nova forma de classificação e mensuração de instrumentos financeiros, através de modelos de negócios, de acordo com a estratégia de gestão da Organização. Com esta mudança, não estamos apresentando a comparação com períodos anteriores.

atuação internacional

Oferecemos uma ampla gama de serviços internacionais através de nossas plataformas Corporate e Global Private Banking, incluindo financiamento ao comércio exterior, capital de giro em moedas estrangeiras, operações de câmbio e fianças internacionais para pessoas jurídicas e físicas. Nosso atendimento abrange tanto o apoio a multinacionais estrangeiras atuando no Brasil quanto a empresas brasileiras atuando no exterior. Além disso, nossos colaboradores atuam como facilitadores entre clientes estrangeiros potenciais e o Bradesco Brasil.

Agências

Nova York

Banco Bradesco S.A.

Grand Cayman

Banco Bradesco S.A.

Escritório de Representação

Hong Kong

Banco Bradesco S.A.

Guatemala

Representaciones Administrativas Internacionales

Subsidiárias

Nova York

Bradesco Securities, Inc.

Miami

Bradesco Bank

Bradesco Investments Inc.

Bradesco Global Advisors Inc.

México

Bradescard México Sociedad de Responsabilidad Limitada

Luxemburgo

Banco Bradesco Europa S.A.

Londres

Bradesco Securities UK Limited

Hong Kong

Bradesco Securities Hong Kong Limited

Bradesco Trade Services Limited

My Account

Conta internacional digital

Abertura de
240 mil contas até Mar25

Com cartão de débito aceito em **195 países** e com conversão automática para **180 moedas**.

A My Account é uma conta internacional e digital própria, que pode ser aberta pelo App do Bradesco. Além do cartão tradicional, é possível ter um cartão virtual para compras em *sites* e Apps, estando disponível para carteira digital Google Pay e, em breve, na Apple Pay também.

- Jornada 100% digital
- Alerta de cotação para personalizar aviso sobre taxa de câmbio ideal
- Pagamento por aproximação com cartão ou *wallet*
- Transferência entre conta Bradesco e My Account a qualquer hora/dia

bradesco bank

Plataforma internacional do Bradesco nos EUA, com solução completa de produtos, serviços bancários e investimentos para clientes nos segmentos Private e Afluente, além de soluções para clientes do segmento Corporate.

Receita operacional líquida
△ **31%** a/a

Lucro Líquido
△ **53%** a/a

Ativos sob Custódia (*AUC*) △ **20%** a/a

Carteira de crédito △ **18%** a/a

Captações através de depósitos △ **21%** a/a

Soluções **Pessoas Físicas**

Bancárias

Conta corrente completa para realização de **pagamentos, transferências, *online banking* e cartão de débito internacional** para compras e saques.

Cartão de Crédito

Cartão bandeira Visa aceito em **195 países** com benefícios exclusivos, incluindo programa de **fidelidade Livelo e conectividade com carteiras digitais.**

Financiamento Imobiliário

Suporte para **aquisição de imóvel** para **residentes e não residentes nos EUA**, com equipe com amplo entendimento do mercado e do processo.

Investimentos

Cliente Private:

Investimentos **adaptados ao perfil** de risco de cada cliente:

- Renda fixa;
- ETFs;
- Fundos de Investimento; e
- Operações Estruturadas.

Cliente Afluente:

- Plataforma digital de investimentos em carteiras gerenciadas para os mais diversos perfis de investidores.

Soluções **Pessoas Jurídicas**

Gestão de Caixa
conta corrente, *money market* e depósitos remunerados.

Pagamentos
corresponding banking e transferências internacionais.

Serviços Documentários
cobrança de exportações e carta de crédito comercial.

Crédito Empresarial
financiamento de importação, exportação e capital de giro.

Tecnologia e Inovação

Em franca expansão com o plano estratégico de transformação e impulsionando a TI do Bradesco como uma fonte de vantagem competitiva, seguimos com a implementação do novo modelo operacional ágil em larga escala – o agile@scale. TI e Negócio se unem ainda mais em Tribos (estruturadas por produtos e serviços) orientadas às necessidades e jornada dos clientes, com responsabilidades de ponta a ponta, maior autonomia e objetivos comuns compartilhados, visando melhorar ainda mais a velocidade e qualidade das soluções entregues aos nossos clientes. A estrutura do modelo está crescendo com 10 Tribos já estabelecidas, expandindo nosso perímetro ágil na organização. E em menos de seis meses de atuação, já fomos reconhecidos pelo programa em um dos maiores eventos de agilidade do país.

Somos um dos bancos pioneiros na adoção dos multiagentes, um conjunto de diferentes agentes de Inteligência Artificial que atuam de forma colaborativa em papéis variados e atividades especializadas (*Product Owners*, Desenvolvedores, Arquiteto de Solução, etc.), acelerando o desenvolvimento de novas soluções, com maior escalabilidade. Além do uso em modelos de créditos, os multiagentes estão sendo aplicados na modernização dos nossos sistemas, como o de Informe de Rendimentos PJ e o de Amortização Antecipada de Crédito Imobiliário, com funcionalidades reescritas tecnicamente para uma arquitetura de microsserviços e em *Cloud*, resultando em um aumento de 30% na produtividade.

Seguimos intensificando o uso de IA Generativa que, além da BIA Clientes, que já atende mais de 700 mil clientes, agora está presente na análise de cartas de gestoras de investimentos. A tecnologia quantifica conteúdo textual, gera indicadores e realiza a análise de *clusters* de clientes e de investimentos, proporcionando uma visão detalhada e customizada sobre macroeconomia, desempenho de produtos e performance das gestoras, facilitando decisões mais eficientes para clientes institucionais.

Os canais digitais não param de evoluir nas soluções de autosserviço. No *mobile*, pelo convênio entre Bradesco e Western Union, o recebimento de remessas do exterior pode ser feito com rapidez e praticidade 24h, com crédito automático na conta. E foram aperfeiçoadas as jornadas de cheque especial e de produtos PF, como contratação e renegociação de crédito consignado INSS, público e privado e CP balcão (um tipo de crédito pessoal de curto prazo, oferecido diretamente nas agências – e no Bradesco, também no *mobile* com facilidade e rapidez na obtenção).

O Pix tem novos serviços, como a revitalização das jornadas para pagamento e transferência e a de cadastro e gestão de chaves. A contestação Pix, ferramenta digital exclusiva do Bradesco para contestar transações efetuadas, também evoluiu para um processo mais intuitivo. Outras funcionalidades são: o Pix por aproximação que realiza pagamentos instantâneos com a tecnologia NFC, aproximando o celular de maquininhas habilitadas; e o Pix Automático Antecipado, que permite aos clientes configurar pagamentos, facilitando a autorização de recorrências de forma segura e automatizada. Para intensificar a proteção de nossos clientes, implementamos a biometria facial no Pix realizado nos Apps PF e PJ.

Clientes PJ podem emitir boletos de cobrança diretamente com a BIA pelo *WhatsApp*, gerando e compartilhando em PDF com o pagador, ou copiando e colando o *link* na conversa. Os clientes MEI e outros perfis PJ com um único titular podem renegociar dívidas diretamente pelo app Net Empresa; e, pelo *Internet Banking* e app Bradesco Cartões, é possível baixar a fatura de cartões Corporativos e Empresariais em PDF/Excel para facilitar a gestão.

Simplificamos o processo de abertura de conta para Folha de Pagamento, reduzindo o número de campos obrigatórios em aproximadamente 60%, melhorando a experiência das empresas. O Bradesco Expresso passa a ter automação na validação de documentos cadastrais do cliente na abertura de conta, que permite que os recursos da nova conta possam ser utilizados no mesmo dia.

Investidores podem fazer a portabilidade de ativos de qualquer banco ou corretora para a Ágora, como ações, títulos públicos e privados. Pela *Home* de Investimentos no App PF, o cliente pode visualizar a posição das aplicações, rentabilidade atualizada e utilizar um simulador de investimento por objetivos, consolidando sua visão de investimentos em um só lugar, por meio do Open Finance.

O Bradesco não para de evoluir e se transformar para oferecer soluções cada vez melhores. O movimento de transformação completou seu primeiro ano onde expandimos o uso de *Cloud* e IA, modernizamos sistemas e implantamos novos modelos de trabalho que impulsionam a produtividade das equipes e o *time-to-market* de soluções digitais, alavancando a experiência do cliente. Continuamos investindo no time de tecnologia com mais de 1.400 novos profissionais e uma gestão dedicada a talentos, com trilhas de desenvolvimento especializadas em *tech* e inovação, e programas de atração e formação de profissionais, como o PAFT, em parceria com a Visionnaire e a PUCPR. Os resultados dessa transformação se convertem em um banco mais ágil e centrado no cliente.

Produtos e Serviços para o Poder Público

Para atender o setor público, possuímos estruturas exclusivas em todo o território nacional, com gerentes de negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos poderes executivo, legislativo e judiciário federais, estaduais e municipais, além de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista e as forças armadas e auxiliares. Mensalmente, mais de 11,1 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no país.

Dispomos de 09 estruturas especializadas no atendimento aos governos, capitais, tribunais, assembleias, ministérios públicos, defensorias públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, 30 estruturas de varejo para atender as demais prefeituras e órgãos. Saiba mais em bradescopoderpublico.com.br.

Recursos Humanos

O Capital Humano é um dos pilares estratégicos da Organização, sendo um importante alicerce para realização dos negócios. O nosso modelo de Gestão de Capital Humano é pautado no respeito, na transparência e no contínuo investimento no desenvolvimento dos funcionários. Mantemos nossas equipes motivadas por meio de oportunidades de crescimento na carreira, reconhecimentos, capacitação, remuneração e benefícios diferenciados, além da valorização da diversidade e do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Ao final do período, a Organização contava com 83.365 funcionários, sendo 71.953 do Banco Bradesco e 11.412 de Empresas Ligadas e exterior.

Para mais informações sobre Recursos Humanos, acesse o Relatório de Capital Humano, disponível no *site* bradescori.com.br.

Sustentabilidade para o Bradesco

A Sustentabilidade é um dos nossos direcionadores estratégicos, expressa também em nossa Declaração de Propósito. Acreditamos que a governança, a gestão e o engajamento em aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) são fundamentais para o crescimento sustentável e a perenidade das nossas operações, gerando valor a longo prazo para todos os nossos *stakeholders*. Nossa estratégia de sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU) e é pautada na gestão e transparência ASG.

Como parte relevante da nossa agenda estratégica, temos um compromisso com o financiamento de negócios sustentáveis e com o apoio contínuo aos nossos clientes na transição para uma economia mais verde, resiliente e inclusiva. Reafirmamos o nosso compromisso com o financiamento de negócios sustentáveis, apoiando continuamente os nossos clientes na transição para uma economia mais verde, resiliente e inclusiva. Até março de 2025, direcionamos R$ 319 bilhões da nossa meta ampliada de direcionar R$ 350 bilhões para setores e atividades com benefícios socioambientais até o final de 2025.

Nossa atuação em sustentabilidade tem sido reconhecida em índices e ratings nacionais e internacionais de referência, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova York e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Esses índices refletem nossa gestão e desempenho em critérios econômicos, ambientais e sociais de longo prazo.

Para acompanhar nossas iniciativas, acesse: bradescori.com.br | bradescosustentabilidade.com.br.

Governança Corporativa

O Banco observa e estimula as boas práticas de governança corporativa, fundamentando-se, principalmente, nas demandas legais e de mercado, de modo a zelar pelos interesses dos acionistas e demais *stakeholders*. Nossa estrutura é bem definida, possibilitando a garantia e viabilidade da adoção das melhores práticas. Assim, entregamos os melhores esforços para sempre estarmos em conformidade com tais padrões, buscando a geração de valor sustentável para nossa Organização.

A Assembleia Geral é o mais importante evento societário de nossa governança. Nela, os acionistas elegem os membros do Conselho de Administração, os quais possuem um mandato único de 2 (dois) anos. Constituído por 11 (onze) membros, dentre os quais há 4 (quatro) membros independentes, o órgão tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa do Banco Bradesco, cuja responsabilidade de implementação é da Diretoria, além de revisar os planos de ação e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme devidamente previsto no Estatuto Social da Companhia, não são cumulativos.

Assessorado por uma Secretaria de Governança, o Conselho de Administração reúne-se ordinariamente 12 (doze) vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da Companhia assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio, o Conselho de Administração possui, ainda, um calendário anual de reuniões fixado pelo seu Presidente.

Contamos, ainda, com a Auditoria Interna Global, a qual é subordinada ao Conselho de Administração, além de 7 Comitês também a ele subordinados. Destes, 2 (dois) são estatutários (Comitês de Auditoria e de Remuneração) e 5 (cinco) não-estatutários (Comitês de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, Nomeação e Sucessão e Estratégico).

A Diretoria do Banco Bradesco é o órgão responsável por representar a Organização, cabendo à Diretoria Executiva coordenar a execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. Ela realiza reuniões ordinárias quinzenalmente e extraordinárias sempre que necessário, deliberando sobre todos os assuntos e matérias essenciais para o cumprimento de nossos objetivos e atribuições. Comitês Executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos Administradores e com atuação permanente, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato único de 1 (um) ano. É composto por 5 (cinco) membros efetivos, sendo 2 (dois) eleitos por acionistas minoritários, com número igual de suplentes.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e a sociedade em geral.

Demais informações sobre a Governança Corporativa do Banco Bradesco estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (banco.bradesco/ri – Seção Governança Corporativa).

Auditoria Interna

Compete ao Departamento de Auditoria Interna Global, que está subordinada e reporta funcional, administrativa e operacionalmente ao Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., considerar, no escopo de seus exames/análises, a efetividade da governança corporativa e do gerenciamento de riscos e controles; a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais e operacionais; a observância ao arcabouço legal, infralegal, regulatório, normas e códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Organização; e à salvaguarda dos ativos frente às suas metas e objetivos estratégicos.

A atuação está pautada na aderência aos elementos mandatórios do International Professional Practices Framework (IPPF) do The Institute of Internal Auditors (IIA), incluindo os Princípios Fundamentais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, o Código de Ética do IIA, o Código de Ética Setorial dos Auditores Internos da Organização Bradesco e as diretrizes internas definidas pelo Departamento de Auditoria Interna no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.

Política de Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No final do primeiro trimestre de 2025, as Ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4), representavam 3,0% do Ibovespa. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR – *American Depositary Receipt* – Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e os Índices Brasil (IBrX50 e IBr100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.

A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido após as deduções legais, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

Controle Integrado de Riscos

O controle corporativo dos riscos é exercido de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do *framework* de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos de identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

De acordo com a biblioteca de riscos, os riscos relevantes para a Organização são solvência e rentabilidade, liquidez, crédito, mercado, operacional, compliance, segurança cibernética, estratégia, social, ambiental, climático, modelo, contágio, reputação e subscrição. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pela inovação tecnológica em serviços financeiros.

Avaliação Independente de Modelos

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões e possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas. Isso traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão julgamental como pela maior precisão. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

Nós utilizamos modelos no apoio à tomada de decisão e para o fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como gerenciamento dos riscos, cálculo de capital, teste de estresse e precificação, além de outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos, que podem desencadear consequências adversas devido a decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou, ainda, uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, a Área de Avaliação Independente de Modelos (AVIM), com subordinação ao Chief Risk Officer (CRO), acompanha as limitações e fragilidades dos modelos e respectivos planos de ação. Realiza reportes aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, à Comissão de

Risco de Modelo e aos Comitês de Riscos. Em paralelo, atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, realizando ações de aculturamento e disseminando as boas práticas em modelagem.

Compliance, Integridade, Ética e Concorrencial

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os programas de compliance, integridade e concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócios, correspondentes no país e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de compliance, integridade e conduta ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas internas e programas de capacitação dos profissionais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenir, detectar e reportar o risco de compliance e eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e/ou indícios de atividades ilegais, visando à adoção de ações cabíveis. As metodologias e procedimentos de controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante, em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes e aplicáveis, com o apoio do Conselho de Administração da Organização e alinhados às melhores práticas de mercado.

Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 162/22, a Organização Bradesco possui política de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas as legislações e as regulamentações aplicáveis.

A Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda., não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras de acordo com a políticas de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Investimentos Sociais

FUNDAÇÃO BRADESCO

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é o maior projeto de investimento social privado do País. Desde sua formação, investe em educação como alicerce do desenvolvimento integral de crianças e jovens em todo o território nacional, por meio da promoção de ensino gratuito e de excelência em diversas frentes de atuação.

Todas as 40 unidades escolares são próprias e estão distribuídas nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para o desenvolvimento da região a partir do impacto transformacional na vida dos alunos e nas comunidades ao seu entorno, mudando a realidade educacional de todo o país.

A Fundação Bradesco acompanha cada um de seus alunos da Educação Básica por, aproximadamente, 13 anos, suportando-os com todos os itens necessários para garantir aprendizado igualitário em todas as regiões do Brasil.

R$ 1,5 bilhão

Previsão de investimentos a ser realizado em 2025

R$ 1,2 bilhão destinado ao custeio das despesas de atividades

R$ 337 milhões para investimentos em infraestrutura e tecnologia educacional.

E esses investimentos permitirão:

REDE DE ESCOLAS

Mais de 42 mil alunos serão beneficiados prioritariamente na educação básica – Educação Infantil ao ensino médio e educação profissional técnica de nível médio em todo território nacional.

ESCOLA VIRTUAL

Mais de 1,8 milhão de usuários concluirão, ao menos, um dos cursos rápidos e gratuitos disponíveis no portal.

Reconhecimentos

- Programa de Estágio do Bradesco foi reconhecido como um dos melhores do Brasil no Prêmio CIEE Melhores Programas de Estágio 2024.
- Bradesco BBI é destaque no Global Finance Sustainable Awards como melhor banco para *Green*, Social e *Sustainable Bonds*.
- Pelo quarto ano a Bradesco Asset é destaque no *ranking* Melhor Banco e Plataforma para Investir (MBPI), da Fundação Getulio Vargas. Em 2025, além de ocupar o primeiro lugar como Melhor Banco para Investir, o Bradesco também conquistou a primeira colocação nas categorias Varejo, Alta Renda, Mutimercados, Renda Fixa e *Money Market*.
- A Ouvidoria do Bradesco recebeu, pela 13ª vez consecutiva, o Prêmio Ouvidorias Brasil, organizado pela Associação Brasileira de Ouvidores (ABO) e pela Associação Brasileira das Relações Empresa e Cliente (Abrarec).
- Por mais um ano, Bradesco é eleito uma das Top Companies 2025 no LinkedIn. O *ranking* apresenta as melhores empresas com mais de 5.000 funcionários para desenvolver a carreira no BrasilBradesco Expresso foi destaque nas categorias Best Contribution to Economic Mobility for Consumers e Best User/Customer Experience Initiative for Consumers, no evento Innovation in Digital – Banking Awards 2024, realizado pela revista The Banker, com o projeto Nova Plataforma Bradesco Expresso.

Agradecimentos

Os resultados alcançados no primeiro trimestre nos mostram o acerto da estratégia da Organização Bradesco, alicerçada na qualidade e eficiência, sempre em sintonia com as novas exigências dos mercados. Pelos avanços, desejamos agradecer o apoio e a confiança dos nossos acionistas e clientes e a dedicação dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Cidade de Deus, 30 de abril de 2025

Conselho de Administração e Diretoria

		R$ mil
	Nota	**Em 31 de março de 2025**
Ativo		
Disponibilidades	**5**	**17.290.696**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		**437.371.620**
- Títulos e valores mobiliários	6a	418.609.960
- Instrumentos financeiros derivativos	7b	18.761.660
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**8**	**98.210.438**
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8a	98.210.438
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.287.173.108
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	276.951.550
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	10	168.393.333
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	11	116.715.839
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12	565.495.073
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12	6.377.835
- Outros ativos financeiros	13	153.239.478
Ativos não financeiros mantidos para venda	**17a**	**1.536.874**
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	**14**	**12.151.286**
Imobilizado de uso, líquido de depreciações	**15**	**8.416.372**
Intangíveis e ágio, líquidos de amortizações	**16**	**18.454.568**
Impostos a compensar		**12.043.705**
Créditos tributários	**35c**	**110.900.083**
Outros ativos	**17**	**16.161.927**
Total do Ativo		**2.019.710.677**

Passivo		
Passivos financeiros ao custo amortizado		**1.343.327.335**
- Recursos de instituições financeiras	18	346.270.569
- Recursos de clientes	19	620.316.697
- Recursos de emissão de títulos	20	263.185.676
- Dívidas subordinadas	21a	58.925.938
- Outros passivos financeiros	22	54.628.455
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**6b e 7b**	**15.763.703**
Provisão para perda esperada	**38b**	**3.658.507**
- Compromissos de empréstimos e créditos a liberar		2.342.458
- Garantias Financeiras		1.316.049
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	**23**	**414.273.327**
Outras provisões	**23b**	**31.768.863**
Impostos correntes		**1.175.259**
Impostos diferidos	**35e**	**4.857.217**
Outros passivos	**25**	**39.882.536**
Total do passivo		**1.854.706.747**
Patrimônio líquido		
Capital social		87.100.000
Ações em tesouraria	26d	(168.625)
Reservas de capital		11.441
Reservas de lucros	26b	86.878.137
Outros resultados abrangentes		(6.312.942)
Lucros ou (prejuízos) acumulados		(3.315.194)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		**164.192.817**
Participação de acionistas não controladores	**27**	**811.113**
Total do Patrimônio Líquido		**165.003.930**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**2.019.710.677**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Nota	R$ mil Acumulado em 31 de março de 2025
Receitas da Intermediação Financeira		**51.559.805**
Operações de crédito e arrendamento mercantil		28.717.129
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7f III	18.334.822
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	533.014
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização		1.688.868
Resultado de operações em moeda estrangeira		(1.083.633)
Resultado das aplicações compulsórias	11b	2.587.851
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		781.754
Despesas da Intermediação Financeira		**(29.595.280)**
- Operações de captações no mercado	18e	(27.941.736)
- Operações de empréstimos e repasses	18d	(1.653.544)
Resultado da Intermediação Financeira		**21.964.525**
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	**12**	**(8.334.917)**
- Perda esperada com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		(8.194.464)
- Perda esperada com demais ativos financeiros		(140.453)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		**13.629.608**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		**(7.145.743)**
- Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	28	7.304.203
- Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	23a III	3.343.344
- Despesas de pessoal	29	(6.363.592)
- Despesas administrativas	30	(5.330.043)
- Despesas tributárias	31	(2.081.841)
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	14a	387.673
- Outras receitas operacionais	32	2.528.936
- Outras despesas operacionais	33	(5.621.586)
- Provisão fiscal, cível, trabalhista e outras	24	(1.312.837)
Resultado Operacional		**6.483.865**
Resultado não operacional	**34**	**(47.750)**
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação de Não Controladores		**6.436.115**
Imposto de renda e contribuição social	35	(563.200)
Participação de não controladores		(70.833)
Lucro Líquido		**5.802.082**
Atribuível aos Acionistas:		
Controladores		5.802.082
Não controladores		70.833
Lucro Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações Atribuível aos Acionistas (expresso em R$ por ação):		
– Lucro por ação ordinária	26e i	0,52
– Lucro por ação preferencial	26e i	0,58

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Lucro líquido do período	**5.802.082**
Participação de acionistas não controladores	70.833
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	**5.872.915**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	**176.366**
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**277.530**
Próprios e de controladas	493.695
De coligadas e controladas em conjunto	(20.195)
Efeito dos impostos	(195.970)
Operações de *hedge*	**98.582**
Hedge de fluxo de caixa	(192.734)
Hedge de investimento no exterior	390.122
Efeito dos impostos	(98.806)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	**(199.746)**
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	**(742)**
Avaliação atuarial	(742)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	**175.624**
Resultado abrangente do período	**6.048.539**
Atribuível aos acionistas:	
Controladores	5.977.706
Não controladores	70.833

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

R$ mil

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Patrimônio líquido atribuído a acionistas não controladores	Totais
		Ágio por Subscrição de Ações	Legal	Estatutária						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**87.100.000**	**11.441**	**14.294.978**	**70.658.011**	**(11.008.993)**	**(568.728)**	**-**	**160.486.709**	**794.924**	**161.281.633**
Ajustes Iniciais na Adoção das Resoluções nº 4.966/21 e 4.975/21	-	-	-	-	4.520.427	-	(3.315.194)	1.205.233	-	1.205.233
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**87.100.000**	**11.441**	**14.294.978**	**70.658.011**	**(6.488.566)**	**(568.728)**	**(3.315.194)**	**161.691.942**	**794.924**	**162.486.866**
Cancelamento de Ações em Tesouraria	-	-	-	(622.724)		622.724		-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(222.621)	-	(222.621)	-	(222.621)
Aumento/Redução de Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.644)	(54.644)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (1)	-	-	-	-	175.624	-	-	175.624	-	175.624
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	5.802.082	5.802.082	70.833	5.872.915
Destinações:								-		-
- Reservas	-	-	290.104	2.257.768	-	-	(2.547.872)	-	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(3.254.210)	(3.254.210)	-	(3.254.210)
Saldos em 31 de março de 2025	**87.100.000**	**11.441**	**14.585.082**	**72.293.055**	**(6.312.942)**	**(168.625)**	**(3.315.194)**	**164.192.817**	**811.113**	**165.003.930**

(1) Inclui os efeitos da variação cambial referente a conversão de investimentos no exterior.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	**6.436.115**
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	**23.206.236**
- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.334.917
- Despesas com atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	13.951.293
- Constituição/reversão e atualização monetária com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	1.589.708
- Constituição/reversão de perdas por redução ao valor recuperável de ativos	11.968
- Depreciação e amortização	1.893.126
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(387.673)
- (Ganho)/perda na venda de ativos não financeiros mantidos para venda	(75.137)
- (Ganho)/perda na venda de imobilizado de uso	5.575
- (Ganho)/perda na venda de investimentos em coligadas	20.782
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior e outros	(2.310.412)
- Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	172.089
(Aumento)/redução nas variações em ativos	**(46.629.046)**
- Depósitos compulsórios no Banco Central	3.970.539
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	(325.512)
- Operações de crédito e de arrendamento mercantil	(21.023.120)
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(62.863.664)
- Impostos diferidos	899.443
- Outros ativos financeiros	32.760.418
- Outros ativos	(47.150)
(Redução)/aumento nas variações em passivos	**(59.811.604)**
- Depósitos e demais instrumentos financeiros	(64.242.921)
- Impostos diferidos	(2.046.420)
- Provisões	(4.002.474)
- Outros passivos	13.286.186
- Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.805.975)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	**(76.798.299)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:	
Aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(7.957.379)
Alienação, vencimentos e juros de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	37.687.230
Vencimentos e juros de ativos financeiros ao custo amortizado	46.267.074
Aquisição de ativos financeiros ao custo amortizado	(25.543.944)
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	143.395
Aquisição de investimentos	(2.721.830)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.784.975)
Alienação de imobilizado de uso	160.715
Aquisição de intangível	(724.851)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	**45.525.435**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:	
Recursos de emissão de títulos	22.064.677
Liquidação e pagamentos de juros de recursos de emissão de títulos	(22.281.001)
Emissão/Liquidação e pagamentos de juros de dívidas subordinadas	(496.041)
Pagamento de arrendamento	(372.709)
Participação de não controladores	(54.644)
Juros sobre o capital próprio/dividendos pagos	(3.995.780)
Aquisição de ações em tesouraria	(222.621)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	**(5.358.119)**
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	**(36.630.983)**
Caixa e equivalentes de caixa - Início do período	208.023.801
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(172.089)
Caixa e equivalentes de caixa - Fim do período	171.220.729
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	**(36.630.983)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Descrição	R$ mil Acumulado em 31 de março	
	2025	%
1 – Receitas	**50.276.426**	**330,5**
1.1) Intermediação Financeira	**51.559.805**	**338,9**
1.2) Prestação de Serviços	**7.304.203**	**48,0**
1.3) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	**(8.334.917)**	**(54,8)**
1.4) Outras	**(252.665)**	**(1,7)**
2 – Despesas de Intermediação Financeira	**(29.595.280)**	**(194,6)**
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	**(3.963.618)**	**(26,1)**
Serviços de Terceiros	(1.175.620)	(7,7)
Processamento de Dados	(629.750)	(4,1)
Comunicação	(157.704)	(1,0)
Manutenção e Conservação de Bens	(321.173)	(2,1)
Serviços do Sistema Financeiro	(468.378)	(3,1)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(305.176)	(2,0)
Segurança e Vigilância	(123.294)	(0,8)
Transporte	(152.539)	(1,0)
Materiais, Água, Energia e Gás	(108.536)	(0,7)
Viagens	(42.238)	(0,3)
Outras	(479.210)	(3,2)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	**16.717.528**	**109,9**
5 – Depreciação e Amortização	**(1.893.126)**	**(12,4)**
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	**14.824.402**	**97,5**
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	**387.673**	**2,5**
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	387.673	2,5
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	**15.212.075**	**100,0**
9 – Distribuição do Valor Adicionado	**15.212.075**	**100,0**
9.1) Pessoal	**5.496.480**	**36,1**
Proventos	3.312.480	21,8
Benefícios	1.365.169	9,0
FGTS	308.877	2,0
Outros	509.954	3,4
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	**3.512.153**	**23,1**
Federais	3.194.041	21,0
Estaduais	330	-
Municipais	317.782	2,1
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	**330.527**	**2,2**
Aluguéis	24.931	0,2
Arrendamento de Bens	305.596	2,0
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	**5.872.915**	**38,6**
Juros sobre o Capital Próprio	3.254.210	21,4
Lucros Retidos	2.547.872	16,7
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	70.833	0,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras Consolidadas, distribuídas da seguinte forma:

	Página
1) INFORMAÇÕES GERAIS	73
2) PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS	73
3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS	87
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS	89
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	90
6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	91
7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	92
8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	100
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO	102
10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	103
11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	104
12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO	105
13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	112
14) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	113
15) IMOBILIZADO DE USO	114
16) INTANGÍVEL	114
17) OUTROS ATIVOS	116
18) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	117
19) RECURSOS DE CLIENTES	119
20) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS	119
21) DÍVIDAS SUBORDINADAS	120
22) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	121
23) PROVISÕES	122
24) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	124
25) OUTROS PASSIVOS	128
26) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)	128
27) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	130
28) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	131
29) DESPESAS DE PESSOAL	131
30) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	131
31) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	132
32) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	132
33) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	132
34) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	132
35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	133
36) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO	136
37) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	140
38) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	142
39) OUTRAS INFORMAÇÕES	155

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o "Bradesco", o "Banco", a "Companhia" ou a "Organização") é uma companhia aberta de direito privado, sua matriz está localizada na Cidade de Deus, s/n, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, atua direta e indiretamente, em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Gestão de Recursos, Cartões de Crédito, Empreendimentos Imobiliários, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco (Organização), atuando no mercado de modo integrado.

2) PRINCIPAIS POLÍTICAS MATERIAIS

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Bradesco abrangem as demonstrações financeiras do Bradesco, suas empresas controladas, agências no exterior e os fundos de investimento que a entidade possua controle, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores. Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas coligadas/controladas e empresas de controle compartilhado estão apresentados em investimentos (Nota 14) e intangível (Nota 16a).

Estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas, adicionalmente às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme faculdade prevista no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21, as quais estão sendo divulgadas nesta mesma data.

Estas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e notas explicativas selecionadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que incluem a Resolução CMN nº 4.818/20, a Resolução BCB nº 2/20, as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen, além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), quando não conflitantes com as normas aplicáveis às instituições financeiras. As demonstrações financeiras da sociedade de arrendamento mercantil, incluídas nesta consolidação, foram preparadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas apresentam todas as informações relevantes para a compreensão das mudanças na situação patrimonial e

financeira da Organização, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa ocorridas desde o término do exercício social mais recente, incluindo, no mínimo, o saldo de cada um dos grupos e subgrupos de contas que estiverem incluídos nas demonstrações financeiras completas mais recentes.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Bradesco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.

A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários e os ganhos e perdas não realizados registrados no Patrimônio Líquido na conta Outros Resultados Abrangentes – ORA, foram ajustados em contrapartida ao valor do ativo em 1º de janeiro de 2025.

O Bradesco e suas empresas do conglomerado optaram por utilizar a faculdade, do parágrafo 5º, da Resolução CMN nº 4.975/21, de tal forma, que os saldos de estoque referentes a operações anteriores a 1º de janeiro de 2025 serão tratados como se a norma tivesse sido aplicada desde o ano de 2019 (data na qual para fins de demonstrações financeiras em IFRS a respectiva normativa de operações de arrendamentos foi adotada).

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; cálculo de provisões técnicas de seguros, planos de previdência complementar e capitalização; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Bradesco foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2025.

a) Base de Consolidação

Destacamos as principais sociedades e fundos de investimento, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas:

	Localização da Sede	Atividade	Participação total	Participação total do Capital Votante
			Em 31 de março de 2025	Em 31 de março de 2025
Ramo Financeiro – País				
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo - Brasil	Cartões	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo - Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo - Brasil	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo - Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Digio S.A.	São Paulo - Brasil	Banco Digital	100,00%	100,00%
Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	61,56%	61,56%
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais - Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior				
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	Luxembourg - Luxembourg	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (1)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (1)	New York - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (1)	New York - Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (1)	Londres - Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (1)	Hong Kong - China	Corretora	100,00%	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (2)	Jalisco - México	Cartões	100,00%	100,00%
Bradesco Bank (3)	Flórida - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%
Ramo Segurador, de Previdência e de Capitalização - País				
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%
Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora/Saúde	100,00%	100,00%

	Localização da Sede	Atividade	Participação total	Participação total do Capital Votante
			Em 31 de março de 2025	Em 31 de março de 2025
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%
Odontoprev S.A. (4)	São Paulo - Brasil	Saúde Dental	52,89%	52,89%
Ramo Segurador - Exterior				
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (1) (4)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%
Outras Atividades - País				
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%
Bradescor Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	*Holding*	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (5)				
Brad Priv Performance FICFI RF Cred PRIV PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Cred Priv Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Brad Private PB FIC FI RF Cred Priv PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC de FI Renda Fixa A PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Alpha Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Athenas PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco Ultra PGBL/VGBL FIC FI RF Cred Priv	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI R.F. PGBL/VGBL Fix Plus	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco Fundo de Investimento RF Memorial	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I.C.F.I. R.F. VGBL F10	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

(1) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;
(2) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;
(3) A moeda funcional desta empresa é o Dólar;
(4) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data de até 60 dias; e
(5) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas seguem, em todos os seus aspectos relevantes, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto as políticas contábeis significativas aplicadas para elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, devido a adoção das Resoluções do CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 em 1º de janeiro de 2025, conforme apresentadas a seguir:

b) Apuração do resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado a Organização utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

c) Ativos e passivos financeiros

I) Ativos financeiros

A Organização classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Organização classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- Modelo de negócio: configura a maneira pela qual a Organização administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- Teste SPPJ: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado". As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários". Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 7f III).

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, na rubrica de "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Veja Nota 7f III) para mais detalhes sobre o tratamento de perdas de crédito esperada.

A Organização pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

II) Passivos financeiros

A Organização classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos, veja Nota 7.

III) Instrumentos financeiros derivativos e operações de "*hedge*"

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Bradesco, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas posições.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Bradesco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre *hedge* contábil, suas categorias e *hedge* econômico.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*), cujos objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* são classificados de acordo com a sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em

conta de resultado;

- *Hedge* de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e

- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na Nota 7.

IV) Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

V) Reestruturação

Os ativos financeiros reestruturados são aqueles em que há alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. As reestruturações em que há concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração são caracterizadas como reestruturações.

A movimentação da carteira de reestruturação está apresentada na Nota 12e.

VI) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado

recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

Uma descrição detalhada da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na Nota 38g.

VII) Perdas de créditos esperadas

Em relação a provisão para perdas de crédito, as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 estabelecem critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, inclusive às operações de arrendamento mercantil, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar.

A Organização apura o risco de crédito e as perdas esperadas de forma coletiva, agrupando os instrumentos financeiros, gerenciados de forma massificada, em grupos homogêneos de risco conforme sua política de crédito. Adota-se a metodologia completa de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, definida no artigo nº 44 das resoluções supracitadas, sendo obrigatória para instituições do Segmento 1 (S1).

As perdas esperadas são apuradas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito, garantias financeiras, compromissos de crédito e créditos a liberar.

Constituição de Provisão

A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período e em contrapartida à adequada conta do ativo para ativos financeiros e

arrendamentos mercantis ou do passivo para garantias financeiras, compromissos de crédito, créditos a liberar e contraprestações vincendas de operações de arrendamento mercantil operacional.

A provisão é constituída sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, o qual inclui a apropriação de juros e encargos (*accrual*) pela taxa efetiva de juros até o momento que se torne um ativo com problemas de recuperação de crédito.

O Bradesco constitui provisão para perdas esperadas para compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis sobre o valor presente da estimativa da utilização de recursos dos compromissos de crédito e o valor presente dos créditos a liberar.

Quanto a garantias financeiras prestadas, a provisão é constituída sobre o valor presente dos desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas considerando a probabilidade de desembolsos futuros no caso da contraparte garantida não honrar a obrigação de acordo com as disposições contratuais vigentes.

A provisão para perda é revista mensalmente, sempre que há alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio do instrumento.

Alocação em Estágios

Os instrumentos financeiros são alocados em um de três estágios, desde seu o reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

Primeiro estágio: Instrumentos que não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente. Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando ocorrer atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias, conforme evidências consistentes e verificáveis.

Para os instrumentos alocados no primeiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 meses.

Segundo estágio: Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixarem de ser caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito.

Para os instrumentos alocados no segundo estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Terceiro estágio: Instrumentos com problema de recuperação de crédito.

No terceiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias) que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (*accrual*) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação. O registro correspondente é efetuado em contas de compensação e controles de identificação mantendo-se até o esgotamento de todos os procedimentos de cobrança por um prazo mínimo de 5 anos. No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na demonstração do resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os ativos são então alocados no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas igual a totalidade do valor do instrumento.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo.

A alocação em estágios é revista minimamente: mensalmente, no caso de atrasos de pagamento de principal e encargos; a cada 6 meses para instrumentos de uma mesma contraparte cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido da instituição; uma vez a cada 12 meses para os demais instrumentos, sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito; e quando o instrumento for reestruturado.

Apuração

O Bradesco avalia a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros baseando-se em critérios consistentes e verificáveis, utilizando técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros.

A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva mediante utilização de modelo adequado ao

tratamento de risco de crédito por carteira. São agrupados instrumentos financeiros que pertençam ao mesmo grupo homogêneo de risco, definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo.

Considera-se minimamente os seguintes parâmetros, em termos percentuais:

- **Probabilidade de se caracterizar com Problema de Recuperação de Crédito**: Avaliada com base no prazo esperado do instrumento financeiro e na situação econômica corrente, além de previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado.

- **Expectativa de Recuperação**: Considera os custos de recuperação, características de garantias ou colaterais, taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte e previsões econômicas.

A expectativa de recuperação corresponde ao quociente entre o valor presente dos fluxos de caixa esperados durante o processo de recuperação do crédito e o valor da base de cálculo definida.

Ao estimar a expectativa de recuperação, o Bradesco observa critérios específicos, como a utilização da taxa de juros efetiva do instrumento no reconhecimento inicial e a consideração dos fluxos de caixa esperados, tanto positivos quanto negativos.

As metodologias e premissas são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

d) Juros

A Organização optou pela utilização da metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado, conforme facultado pelo artigo nº 75 da Resolução BCB n.º 352/23.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios, que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Adicionalmente a Organização optou para alguns componentes na utilização da materialidade para fins de taxa efetiva de juros, conforme artigo nº 13 da Resolução BCB nº 352/23.

e) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentadas na Nota 15.

Os direitos de uso relativos a imóveis e equipamentos de processamento de dados são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado.

i. Arrendamentos da Organização (Arrendatário)

Como arrendatário, a Organização avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Organização aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

No início de um arrendamento, a Organização reconhece um "passivo de arrendamento" para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arredamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Organização leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer

reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da Resolução CMN nº 4.975/21, pois trata-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

ii. Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Organização aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada

São mensurados ao custo amortizado, descontado pela taxa efetiva de juros e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

As captações com operações compromissadas, realizadas com acordo de livre movimentação, são ajustadas pelo seu valor de mercado, pois são classificadas como valor justo no resultado.

A composição das operações está apresentada nas Notas 18, 19, 20 e 21.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a taxa efetiva de juros pelo método diferenciado proporcional, sendo a composição dos respectivos saldos dessas captações estão apresentados na Nota 18e.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei n° 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias.

Com a publicação da Lei n° 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

I) Classificação de risco no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, segue abaixo a classificação de risco no exercício social anterior bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme regulamentação anterior:

R$ mil

Modalidades e Níveis de Risco – Conforme Regulamentação Anterior	Níveis de risco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira em 31 de dezembro de 2024
Total da Carteira em 31 de dezembro de 2024	271.600.591	238.604.704	107.376.421	32.953.602	13.443.790	19.611.591	5.673.688	5.053.904	24.875.732	719.194.023
Saldo de Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito em 31 de dezembro de 2024	-	1.384.118	1.172.512	1.331.698	3.087.425	8.017.913	3.676.052	4.729.546	24.875.732	48.274.996

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, abaixo a classificação de risco no exercício vigente bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme nova regulamentação:

R$ mil

Instrumentos Financeiros e Estágios de Risco – Conforme Nova Regulamentação (Exercício Atual)	Níveis de risco			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total da carteira em 1º de janeiro de 2025
Total da Carteira em 1º de janeiro de 2025	629.751.917	28.858.215	60.648.453	719.258.585
Saldo de Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito em 1º de janeiro de 2025	9.748.637	4.226.632	36.484.191	50.459.460
Provisão para Limites de Crédito Concedidos	2.103.867	62.000	319.588	2.485.455
Demais	308.154	34.244	423.461	765.859
Saldo de Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito em 1º de janeiro de 2025	12.160.658	4.322.876	37.227.240	53.710.774

II) Categorias de *Hedge Accounting* no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme artigo nº 106 da Resolução BCB nº 352/23, não houve reclassificações de categorias de estruturas de *Hedge Accounting* existentes na data do balanço do exercício social anterior e as suas novas classificações bem como não houve descontinuações de estruturas de *Hedge Accounting*, conforme regulamentação vigente.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Em 2023 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.100 e a Resolução BCB nº 352, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, as quais postergaram a vigência do Capítulo V, que trata da Contabilidade de Hedge, para 1° de janeiro de 2027.

Em 2024 foram emitidas a Resolução CMN n° 5.146 e a Resolução BCB n° 397, normas complementares à Resolução CMN n° 4.966/21, que facultaram o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

O Banco vem avaliando a aplicação das referidas normas e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

Exceto pela mensuração da Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito, as estimativas e julgamentos contábeis significativos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras são uniformes em relação àqueles que foram adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento dos instrumentos financeiros.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão, tais como:

- Determinar critérios para classificação dos instrumentos financeiros;
- Agrupar instrumentos financeiros com perfil de riscos semelhantes;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados; e
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações.

O processo para determinar o nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Disponibilidades em moeda nacional	14.641.909
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.648.787
Total de disponibilidades (caixa)	**17.290.696**
Aplicações voluntárias no Banco Central	10.899.999
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	143.030.034
Total de caixa e equivalentes de caixa	**171.220.729**

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado

R$ mil

Títulos	Em 31 de março de 2025							
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas
- Financeiras	**51.283.238**	**2.507.925**	**2.847.088**	**36.420.835**	**19.179.700**	**112.238.786**	**113.328.589**	**(1.089.803)**
Letras do tesouro nacional	51.017.500	3.040	606.445	2.218.846	-	53.845.831	53.871.635	(25.804)
Notas do tesouro nacional	-	1.698.097	-	19.754.357	-	21.452.454	21.844.639	(392.185)
Ações	-	-	-	-	12.317.327	12.317.327	12.938.498	(621.171)
Letras financeiras do tesouro	16.671	88.946	1.730.607	6.261.709	-	8.097.933	7.978.803	119.130
Outros	249.067	717.842	510.036	8.185.923	6.862.373	16.525.241	16.695.014	(169.773)
- Grupo Segurador	**2.929.311**	**9.421.337**	**12.526.643**	**271.282.027**	**10.208.206**	**306.367.524**	**300.685.887**	**5.681.637**
• Seguradoras e Capitalização	**950.630**	**8.112**	**5.613.691**	**13.602.246**	**2.448.763**	**22.623.442**	**21.784.699**	**838.743**
- Letras financeiras do tesouro	93.518	7.625	5.613.691	13.360.960	-	19.075.794	18.248.847	826.947
- Outros	857.112	487	-	241.286	2.448.763	3.547.648	3.535.852	11.796
• Previdência	**1.978.681**	**9.413.225**	**6.912.952**	**257.679.781**	**7.759.443**	**283.744.082**	**278.901.188**	**4.842.894**
- Letras financeiras do tesouro	46.913	2.051.420	4.394.773	180.251.112	-	186.744.218	181.618.729	5.125.489
- Letras financeiras	1.473.027	5.597.894	2.085.019	22.888.942	-	32.044.882	31.593.088	451.794
- Notas do tesouro nacional	7.725	1.465.259	-	22.821.783	-	24.294.767	24.884.065	(589.298)
- Debêntures	420	90.938	257.467	22.438.613	-	22.787.438	22.709.095	78.343
- Letras do tesouro nacional	38.979	45.964	99.447	8.857.853	-	9.042.243	9.242.913	(200.670)
- Outros	411.617	161.750	76.246	421.478	7.759.443	8.830.534	8.853.298	(22.764)
- Outras atividades	**-**	**-**	**3.650**	**-**	**-**	**3.650**	**3.645**	**5**
Letras financeiras do tesouro	-	-	3.650	-	-	3.650	3.645	5
Total geral	**54.212.549**	**11.929.262**	**15.377.381**	**307.702.862**	**29.387.906**	**418.609.960**	**414.018.121**	**4.591.839**

b) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Instrumentos financeiros derivativos	15.763.703
Total	**15.763.703**

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. A política de gestão de riscos do Bradesco é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para *swaps*. O valor justo dos instrumentos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para a estimação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão também é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps* e futuros, sendo registradas na B3.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados no exterior referem-se a operações de *swaps*, termo, opções, crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

	R$ mil			
	Em 31 de março de 2025			
	Valor de referência	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor justo
Contratos futuros				
Compromissos de compra:	**98.328.657**	**69.042**	**(42.585)**	**26.457**
- Mercado interfinanceiro	60.817.556	34.211	55.908	90.119
- Moeda estrangeira	24.723.422	8.416	(89.109)	(80.693)
- Outros	12.787.679	26.415	(9.384)	17.031
Compromissos de venda:	**130.039.874**	**(58.316)**	**193.942**	**135.626**
- Mercado interfinanceiro (1)	81.982.942	(42.512)	(40.133)	(82.645)
- Moeda estrangeira (2)	36.515.916	(2.205)	235.800	233.595
- Outros	11.541.016	(13.599)	(1.725)	(15.324)
Contratos de opções				
Compromissos de compra:	**504.062.546**	**1.030.133**	**19.539**	**1.049.672**
- Mercado interfinanceiro	466.229.606	378.669	-	378.669
- Moeda estrangeira	4.052.794	208.725	112.612	321.337
- Outros	33.780.146	442.739	(93.073)	349.666
Compromissos de venda:	**527.156.741**	**(1.692.306)**	**273.349**	**(1.418.957)**
- Mercado interfinanceiro	458.392.897	(378.660)	-	(378.660)
- Moeda estrangeira	7.093.457	(199.925)	(75.013)	(274.938)
- Outros	61.670.387	(1.113.721)	348.362	(765.359)
Contratos a termo				
Compromissos de compra:	**58.866.172**	**265.401**	**(7.844)**	**257.557**
- Moeda estrangeira	54.196.892	(353.369)	(68)	(353.437)
- Outros	4.669.280	618.770	(7.776)	610.994
Compromissos de venda:	**57.252.805**	**491.241**	**(13.660)**	**477.581**
- Moeda estrangeira (2)	53.398.890	481.168	-	481.168
- Outros	3.853.915	10.073	(13.660)	(3.587)
Contratos de Câmbio				
Compromissos de compra:	**31.635.756**	**145.041**	**-**	**145.041**
- Moeda estrangeira	31.635.756	145.041	-	145.041
Compromissos de venda:	**11.652.598**	**(42.090)**	**-**	**(42.090)**
- Moeda estrangeira	11.652.598	(42.090)	-	(42.090)
Contratos de *swap*				
Posição ativa:	**1.294.337.526**	**5.795.834**	**3.772.416**	**9.568.250**
- Mercado interfinanceiro	667.867.489	750.121	3.239.428	3.989.549
- Prefixados	117.865.667	814.925	(590.015)	224.910
- Moeda estrangeira	482.036.220	3.447.006	637.433	4.084.439
- IGP-M	40.929	42.134	1.572	43.706
- Outros	26.527.221	741.648	483.998	1.225.646
Posição passiva:	**593.445.263**	**(6.477.286)**	**(723.894)**	**(7.201.180)**
- Mercado interfinanceiro	28.185.031	(805.372)	(682.471)	(1.487.843)
- Prefixados	448.777.188	(553.311)	(87.859)	(641.170)
- Moeda estrangeira	101.654.823	(4.296.110)	(1.017)	(4.297.127)

	R$ mil			
	Em 31 de março de 2025			
	Valor de referência	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor justo
- IGP-M	103.000	(160.563)	(6.784)	(167.347)
- Outros	14.725.221	(661.930)	54.237	(607.693)
Total	**3.306.777.938**	**(473.306)**	**3.471.263**	**2.997.957**

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) hedge contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R$ 15.864.410 mil; e (ii) hedge contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R$ 6.881.215 mil (Nota 7f II), e
(2) Inclui hedge específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R$ 39.361.016 mil.

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor justo e prazos

R$ mil

	Em 31 de março de 2025						
	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Custo atualizado	Marcação a mercado
Ajuste a receber – *swap*	266.890	263.994	434.280	8.603.086	9.568.250	5.795.834	3.772.416
Ajuste a receber - futuro	81.542	12.827	42.061	236.656	373.086	69.042	304.044
Compras a termo a receber	674.992	525.506	340.186	2.117.468	3.658.152	3.666.216	(8.064)
Vendas a termo a receber (1)	892.933	150.963	697.049	1.947.054	3.687.999	3.701.659	(13.660)
Compras de moedas estrangeira a receber	7.947	53.793	117.478	144.371	323.589	323.589	-
Vendas de moedas estrangeira a receber	39.109	17.915	43.888	-	100.912	100.912	-
Prêmios de opções a exercer	595.760	348.763	37.614	67.535	1.049.672	1.030.133	19.539
Total do ativo (A)	**2.559.173**	**1.373.761**	**1.712.556**	**13.116.170**	**18.761.660**	**14.687.385**	**4.074.275**
Ajuste a pagar - *swap*	(346.223)	(185.985)	(754.785)	(5.914.187)	(7.201.180)	(6.477.286)	(723.894)
Ajuste a pagar - futuro	(78.775)	(2.906)	(7.852)	(121.470)	(211.003)	(58.316)	(152.687)
Compras a termo a pagar	(424.513)	(565.223)	(258.160)	(2.152.699)	(3.400.595)	(3.400.815)	220
Vendas a termo a pagar	(313.203)	(61.559)	(720.020)	(2.115.636)	(3.210.418)	(3.210.418)	-
Compras de moedas estrangeira a pagar	(34.273)	(57.592)	(117.586)	(8.051)	(217.502)	(217.502)	-
Vendas de moedas estrangeira a pagar	(3.941)	(26.945)	(36.983)	(36.179)	(104.048)	(104.048)	-
Prêmios de opções lançadas	(468.493)	(364.098)	(99.110)	(487.256)	(1.418.957)	(1.692.306)	273.349
Total do passivo (B)	**(1.669.421)**	**(1.264.308)**	**(1.994.496)**	**(10.835.478)**	**(15.763.703)**	**(15.160.691)**	**(603.012)**
Efeito Líquido (A-B)	**889.752**	**109.453**	**(281.940)**	**2.280.692**	**2.997.957**	**(473.306)**	**3.471.263**

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao hedge de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

c) Contratos futuros, de opções, de termo, de câmbio e de *swap* – (Valor de Referência)

R$ mil

	Em 31 de março de 2025				
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Contratos futuros (1)	59.098.052	20.715.894	33.258.900	115.295.685	228.368.531
Contratos de opções	269.101.375	664.867.238	95.225.071	2.025.603	1.031.219.287
Contratos a termo (1)	60.148.537	17.353.147	20.898.536	17.718.757	116.118.977
Contratos de câmbio	11.970.765	10.361.376	17.322.319	3.633.894	43.288.354
Contratos de *swap*	324.133.042	214.819.116	179.062.199	1.169.768.432	1.887.782.789
Total em 31 de março de 2025	**724.451.771**	**928.116.771**	**345.767.025**	**1.308.442.371**	**3.306.777.938**

(1) Inclui contratos relativo ao hedge para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Títulos públicos	
Notas do tesouro nacional	1.758.856
Letras financeiras do tesouro	304.584
Letras do tesouro nacional	1.227.472
Total	**3.290.912**

e) Valores das receitas e das despesas líquidas

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Contratos futuros (1)	1.179.782
Contratos de opções	71.868
Contratos a termo (1)	(628.737)
Contratos de câmbio	773.854
Contratos de *swap*	(300.415)
Variação cambial de ativos e passivos no exterior	(563.338)
Total (Nota 7f III)	**533.014**

(1) Inclui o resultado e o respectivo ajuste ao valor de mercado do hedge para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior.

f) Valores de referência dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
B3 (bolsa)	1.231.068.679
B3 (balcão)	**286.849.284**
- Instituições financeiras	52.789.637
- Empresas	232.720.062
- Pessoas físicas	1.339.585
Exterior (bolsa) (1)	19.422.170
Exterior (balcão) (1)	1.769.437.805
Total	**3.306.777.938**

(1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova York e no mercado de balcão.

I) Derivativos de crédito (*Credit Default Swap* – CDS)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito ("*default*"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Risco recebido de *Swaps* de créditos:	**1.934.777**
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	851.827
- Títulos públicos brasileiros	659.750
- Títulos de governos estrangeiros	423.200
Risco transferido de *Swaps* de créditos:	**(838.361)**
- Derivativos de títulos de empresas	(143.555)
- Derivativos de títulos públicos brasileiros	(453.634)
- Derivativos de títulos de governos estrangeiros	(241.172)

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2030. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

II) *Hedge* contábil

Em 31 de março de 2025, o Bradesco mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen, composto por:

***Hedge* de fluxo de caixa –** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	R$ mil			
	Instrumento de *hedge* valor nominal	**Objeto de *hedge* valor contábil**	**Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)**	**Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)**
Hedge de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	6.881.215	7.117.735	(162.035)	(89.120)
Hedge de pagamentos de juros das captações (1)	15.864.410	16.147.025	79.731	43.848
Total em 31 de março de 2025 (2)	**22.745.626**	**23.264.760**	**(82.304)**	**(45.272)**

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3, Swaps e FED funds, sendo os prazos de vencimentos até 2030, tornando o fluxo de caixa prefixado; e
(2) A efetividade verificada na carteira de hedge encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Com base na Circular nº 3.082/02 do BCB, para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R$ (123.988) mil.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no acumulado em 31 de março de 2025.

***Hedge* de investimentos no exterior –** os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da Organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é

reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	R$ mil			
	Instrumento de *hedge* valor nominal	Objeto de *hedge* valor contábil	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	5.322.575	5.117.609	(1.146.102)	(601.045)
Total em 31 de março de 2025	**5.322.575**	**5.117.609**	**(1.146.102)**	**(601.045)**

(1) Cuja moeda funcional é diferente do real, utilizando-se de contratos *Forward* e Futuros de Dólar, tendo como objeto de hedge o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano). A efetividade verificada na carteira de hedge encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Com base na Circular nº 3.082/02 do BCB, para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R$ 18.409 mil.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no acumulado em 31 de março de 2025 foi de R$ 763 mil.

III) Resultado com títulos e valores mobiliários, resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização e instrumentos financeiros derivativos

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Receita de juros com aplicações em títulos e valores mobiliários	10.836.685
Ganho/(perda) ao valor justo por meio do resultado	(147.158)
Ganho/(perda) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(12.195)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10b)	7.657.490
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	**18.334.822**
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização (1)	1.688.868
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (7e)	533.014
Total	**20.556.704**

(1) No acumulado em 31 de março de 2025, compreende receitas financeiras de seguros, previdência e capitalização no valor de R$ 15.640.161 mil e despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização no valor de R$ (13.951.293) mil.

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a) Títulos e valores mobiliários por meio de outros resultados abrangentes

R$ mil

Títulos	Em 31 de março de 2025							
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas
- Financeiras	**7.962.793**	**11.934.328**	**3.501.023**	**39.600.648**	**465.419**	**63.464.211**	**63.946.313**	**(482.102)**
Letras do tesouro nacional	6.046.787	4.993.172	-	11.950.948	-	22.990.907	23.311.130	(320.223)
Letras financeiras do tesouro	-	1.105.038	3.281.889	18.132.426	-	22.519.353	22.469.807	49.546
Títulos de governos estrangeiros	1.783.513	5.259.903	-	229.334	-	7.272.750	7.262.097	10.653
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.109.652	-	5.109.652	5.356.411	(246.759)
Outros	132.493	576.215	219.134	4.178.288	465.419	5.571.549	5.546.868	24.681
- Grupo Segurador	**-**	**463.473**	**65.841**	**29.579.021**	**4.637.527**	**34.745.862**	**40.756.796**	**(6.010.934)**
• Seguradoras e Capitalização	**-**	**-**	**5.132**	**10.579.048**	**2.716.496**	**13.300.676**	**17.190.638**	**(3.889.962)**
- Notas do tesouro nacional	-	-	-	10.332.428	-	10.332.428	12.572.552	(2.240.124)
- Ações	-	-	-	-	2.715.135	2.715.135	4.350.425	(1.635.290)
- Outros	-	-	5.132	246.620	1.361	253.113	267.661	(14.548)
• Previdência	**-**	**463.473**	**60.709**	**18.999.973**	**1.921.031**	**21.445.186**	**23.566.158**	**(2.120.972)**
- Notas do tesouro nacional	-	456.630	-	18.467.442		18.924.072	21.155.825	(2.231.753)
- Ações	-	-	-	-	1.921.031	1.921.031	1.819.772	101.259
- Outros	-	6.843	60.709	532.531		600.083	590.561	9.522
- Outras atividades	**-**	**1**	**-**	**-**	**364**	**365**	**159**	**206**
Outros	-	1	-	-	364	365	159	206
Total geral	**7.962.793**	**12.397.802**	**3.566.864**	**69.179.669**	**5.103.310**	**98.210.438**	**104.703.268**	**(6.492.830)**

b) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

			R$ mil
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (PL)	Valor Justo
Ações de companhias abertas e outras ações	6.178.596	(1.533.732)	4.644.864
Total em 31 de março de 2025	**6.178.596**	**(1.533.732)**	**4.644.864**

Em virtude da alienação de instrumentos patrimoniais designados ao VJORA no reconhecimento inicial, no período foi transferido dentro do patrimônio líquido o montante de R$ (403.122) mil. Na data da baixa o valor justo destes instrumentos patrimoniais era de R$ 987.136 mil.

A Organização adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

c) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

				R$ mil
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 1º de janeiro de 2025	**13.022**	**1.565**	**-**	**14.587**
Transferidos para o Estágio 1	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 2	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 3	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 1	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 2	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(9.606)	(1.565)	-	(11.171)
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 31 de março de 2025	**3.416**	**-**	**-**	**3.416**

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

R$ mil

Títulos	Em 31 de março de 2025						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ganhos/Perdas não realizadas (1)
- Financeiras	**2.805.598**	**15.063.031**	**20.026.848**	**186.759.199**	**224.654.676**	**216.669.386**	**(7.985.290)**
Debêntures	2.571.823	3.054.239	2.284.306	47.947.624	55.857.992	54.079.726	(1.778.266)
Notas do tesouro nacional	-	1.939.205	-	55.508.620	57.447.825	52.880.860	(4.566.965)
Letras do tesouro nacional	4.999	5.546.718	14.963.759	25.042.927	45.558.403	43.844.162	(1.714.241)
Cédula do Produto Rural	18.448	483.230	569.602	29.703.029	30.774.309	30.935.103	160.794
Notas promissórias	-	1.975.818	2.202.891	13.259.851	17.438.560	17.796.484	357.924
Outros	210.328	2.063.821	6.290	15.297.148	17.577.587	17.133.051	(444.536)
- Grupo Segurador	**-**	**136.977**	**-**	**52.159.897**	**52.296.874**	**45.602.629**	**(6.694.245)**
• Seguradoras e Capitalização	**-**	**136.977**	**-**	**12.447.312**	**12.584.289**	**10.129.224**	**(2.455.065)**
- Notas do tesouro nacional	-	136.977	-	12.447.312	12.584.289	10.129.224	(2.455.065)
• Previdência	**-**	**-**	**-**	**39.712.585**	**39.712.585**	**35.473.405**	**(4.239.180)**
- Notas do tesouro nacional	-	-	-	39.712.585	39.712.585	35.473.405	(4.239.180)
Total geral	**2.805.598**	**15.200.008**	**20.026.848**	**238.919.096**	**276.951.550**	**262.272.015**	**(14.679.535)**

(1) Os ganhos e perdas não são registrados contabilmente.

I) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a custo amortizado:

R$ mil

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 1º de janeiro de 2025	**711.909**	**50.705**	**5.408.826**	**6.171.440**
Transferidos para o Estágio 1	-	(2.739)	(4.347)	(7.086)
Transferidos para o Estágio 2	(7.864)	-	(10.841)	(18.705)
Transferidos para o Estágio 3	(2.603)	(6.400)	-	(9.003)
Oriundos do Estágio 1	-	7.864	2.603	10.467
Oriundos do Estágio 2	2.739	-	6.400	9.139
Oriundos do Estágio 3	4.347	10.841	-	15.188
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	(11.193)	27.919	(268.232)	(251.506)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 31 de março de 2025	**697.335**	**88.190**	**5.134.409**	**5.919.934**

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada com demais ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

R$ mil

	Em 31 de março de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações em Operações Compromissadas:					
Posição bancada	**3.261.684**	**455.254**	**809.997**	**16.075.601**	**20.602.536**
• Notas do tesouro nacional	88.254	455.254	-	8.183.419	8.726.927
• Letras do tesouro nacional	1.462.379	-	-	3.911.314	5.373.693
• Letras financeiras do tesouro	493	-	792.592	3.212.552	4.005.637
• Outros	1.710.558	-	17.405	768.316	2.496.279
Posição financiada	**-**	**17.364.122**	**-**	**106.142.038**	**123.506.160**
• Notas do tesouro nacional	-	17.364.122	-	59.426.871	76.790.993
• Letras do tesouro nacional	-	-	-	16.346.552	16.346.552
• Letras financeiras do tesouro	-	-	-	30.368.615	30.368.615
Posição vendida	**2.182.803**	**8.060.616**	**-**	**-**	**10.243.419**
• Letras financeiras do tesouro	2.182.803	8.060.616	-	-	10.243.419
Subtotal	**5.444.487**	**25.879.992**	**809.997**	**122.217.639**	**154.352.115**
Aplicações em depósitos interfinanceiros:					
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.328.114	2.254.644	3.542.952	3.864.530	12.990.240
Subtotal	**3.328.114**	**2.254.644**	**3.542.952**	**3.864.530**	**12.990.240**
Aplicações em moedas estrangeiras:					
• Aviso Prévio	91.731	-	-	-	91.731
• Prazo Fixo	959.247	-	-	-	959.247
Subtotal	**1.050.978**	**-**	**-**	**-**	**1.050.978**
Em 31 de março de 2025	**9.823.579**	**28.134.636**	**4.352.949**	**126.082.169**	**168.393.333**
%	**5,8**	**16,7**	**2,6**	**74,9**	**100,0**

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

R$ mil

	Acumulado em 31 de março de 2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	
• Posição bancada	1.904.026
• Posição financiada	4.284.648
• Posição vendida	315.945
Subtotal	**6.504.619**
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros/Outros	**1.152.871**
Total (Nota 7f III)	**7.657.490**

11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Créditos vinculados e outros depósitos

		R$ mil
	Remuneração	**Em 31 de março de 2025**
Compulsório sobre depósitos à vista	não remunerado	9.803.334
Compulsório sobre depósitos de poupança	índice da poupança	24.879.976
Compulsório sobre depósitos a prazo	taxa Selic	71.132.530
Aplicações voluntárias no Banco Central	taxa Selic	10.899.999
Total		**116.715.839**

b) Resultado das aplicações compulsórias

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)	2.582.573
Créditos vinculados ao SFH (1)	5.278
Total	**2.587.851**

(1) Os depósitos vinculados ao SFH (Sistema Financeiro de Habitação) estão registrados na rubrica "Outros ativos".

12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Operações de crédito por tipo de produto

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	**316.858.320**
- Financiamentos e repasses	**131.025.313**
- Financiamento à exportação	39.666.555
- Financiamento imobiliário	30.043.967
- Repasses BNDES/Finame	20.905.416
- Financiamento de veículos	21.928.242
- Importação	12.209.860
- *Leasing*	6.271.273
- Empréstimos	**169.796.417**
- Capital de giro	104.859.590
- Crédito rural (b)	10.312.911
- Outros	54.623.916
- Operações com limites (1)	**16.036.590**
- Cartão de crédito	9.052.094
- Conta garantida/Cheque especial	6.984.496
Pessoa Física	**411.363.829**
- Financiamentos e repasses	**150.033.260**
- Financiamento imobiliário	107.272.367
- Financiamento de veículos	35.437.323
- Repasses BNDES/Finame	6.933.892
- Outros	389.678
- Empréstimos	**180.076.771**
- Crédito pessoal	144.601.773
- Crédito rural (b)	15.938.134
- Outros	19.536.864
- Operações com limites (1)	**81.253.798**
- Cartão de crédito	74.857.441
- Conta garantida/Cheque especial	6.396.357
Total da carteira	**728.222.149**
Perda por redução ao valor recuperável de operação de crédito	**(49.705.616)**
Total de operações de crédito, líquido (2)	**678.516.533**

(1) Refere-se a operações com limites pré-estabelecidos em aberto vinculados à conta corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos; e
(2) Composto por Operações de crédito - R$ 565.495.073 mil, Operações de arrendamento mercantil - R$ 6.377.835 mil e Outros ativos financeiros - R$ 106.643.626 mil, líquidos de provisões para perdas esperadas

b) Crédito rural (Direcionamento de Recursos)

Para o Plano Safra 2024/2025, projeta-se o direcionamento de crédito rural de R$ 38.759.116 mil, correspondendo a soma da exigibilidade sobre o VSR - Valor Sujeito ao Recolhimento (31,5%) e LCA - Letra de Crédito do Agronegócio (50%). A título de cumprimento destas obrigações o Bradesco se utiliza dos seguintes instrumentos: Crédito Rural; DIR - Depósitos Interfinanceiros Rurais; CPR – Cédula de Produtor Rural e CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio. Os custos diretos e indiretos para atender a essa exigibilidade são os custos normais atrelados as operações de crédito. Não há previsão de custos por descumprimento das exigibilidades.

c) Reconciliação do valor contábil bruto de operações de crédito

R$ mil

Estágio 1	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	(*Write off*)	Saldo em 31 de março de 2025 (1)
Pessoa Jurídica	**282.633.333**	**(3.144.979)**	**(712.673)**	**708.766**	**170.281**	**3.990.559**	**-**	**283.645.287**
- Financiamentos	125.114.755	(779.663)	(222.761)	197.905	67.683	(799.149)	-	123.578.770
- Empréstimos	145.133.328	(2.067.100)	(440.856)	442.517	97.957	3.165.803	-	146.331.649
- Rotativos	12.385.250	(298.216)	(49.056)	68.344	4.641	1.623.905	-	13.734.868
Pessoa Física	**347.118.718**	**(6.528.325)**	**(1.117.456)**	**2.271.717**	**783.472**	**12.318.690**	**-**	**354.846.816**
- Financiamentos	132.000.317	(2.241.697)	(378.019)	860.571	117.750	5.944.600	-	136.303.522
- Empréstimos	149.534.315	(2.850.346)	(633.374)	951.514	317.570	5.362.921	-	152.682.600
- Rotativos	65.584.086	(1.436.282)	(106.063)	459.632	348.152	1.011.169	-	65.860.694
Total	**629.752.051**	**(9.673.304)**	**(1.830.129)**	**2.980.483**	**953.753**	**16.309.249**	**-**	**638.492.103**

(1) Do total de ativos alocados no primeiro estágio, R$ 972.569 mil possuem atraso superior a 30 dias.

R$ mil

Estágio 2	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	(*Write off*)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	**6.946.383**	**(708.766)**	**(1.424.143)**	**3.144.979**	**129.778**	**(276.088)**	**-**	**7.812.143**
- Financiamentos	1.861.943	(197.905)	(211.883)	779.663	13.460	(229.556)	-	2.015.722
- Empréstimos	4.363.092	(442.517)	(1.023.602)	2.067.100	111.054	(130.917)	-	4.944.210
- Rotativos	721.348	(68.344)	(188.658)	298.216	5.264	84.385	-	852.211
Pessoa Física	**21.911.700**	**(2.271.717)**	**(3.759.184)**	**6.528.325**	**1.158.015**	**(61.235)**	**-**	**23.505.904**
- Financiamentos	8.443.456	(860.571)	(827.385)	2.241.697	92.244	(413.661)	-	8.675.780
- Empréstimos	9.169.428	(951.514)	(1.878.876)	2.850.346	979.362	(114.451)	-	10.054.295
- Rotativos	4.298.816	(459.632)	(1.052.923)	1.436.282	86.409	466.877	-	4.775.829
Total	**28.858.083**	**(2.980.483)**	**(5.183.327)**	**9.673.304**	**1.287.793**	**(337.323)**	**-**	**31.318.047**

R$ mil

Estágio 3	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados/Liquidados	(*Write off*)	Saldo em 31 de março de 2025 (1) (2)
Pessoa Jurídica	**26.373.476**	**(170.281)**	**(129.778)**	**712.673**	**1.424.143**	**4.505**	**(2.813.848)**	**25.400.890**
- Financiamentos	5.494.788	(67.683)	(13.460)	222.761	211.883	(357.130)	(60.338)	5.430.821
- Empréstimos	19.479.034	(97.957)	(111.054)	440.856	1.023.602	225.525	(2.439.448)	18.520.558
- Rotativos	1.399.654	(4.641)	(5.264)	49.056	188.658	136.110	(314.062)	1.449.511
Pessoa Física	**34.274.975**	**(783.472)**	**(1.158.015)**	**1.117.456**	**3.759.184**	**1.669.651**	**(5.868.670)**	**33.011.109**
- Financiamentos	4.432.803	(117.750)	(92.244)	378.019	827.385	(322.044)	(52.211)	5.053.958
- Empréstimos	18.622.180	(317.570)	(979.362)	633.374	1.878.876	971.380	(3.469.002)	17.339.876
- Rotativos	11.219.992	(348.152)	(86.409)	106.063	1.052.923	1.020.315	(2.347.457)	10.617.275
Total	**60.648.451**	**(953.753)**	**(1.287.793)**	**1.830.129**	**5.183.327**	**1.674.156**	**(8.682.518)**	**58.411.999**

(1) Do total de ativos alocados para o terceiro estágio, R$ 21.312.150 mil foram decorrentes de operações reestruturadas; e
(2) Não possuímos contratos que não foram alocadas no Estágio 3, em razão do risco de crédito ser significativamente inferior frente aos demais instrumentos da mesma contraparte caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito.

R$ mil

Consolidado - 3 estágios	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Originados/Liquidados	(*Write off*) (1)	Saldo em 31 de março de 2025 (1)
Pessoa Jurídica	**315.953.192**	**3.718.976**	**(2.813.848)**	**316.858.320**
- Financiamentos	132.471.486	(1.385.835)	(60.338)	131.025.313
- Empréstimos	168.975.454	3.260.411	(2.439.448)	169.796.417
- Rotativos	14.506.252	1.844.400	(314.062)	16.036.590
Pessoa Física	**403.305.393**	**13.927.106**	**(5.868.670)**	**411.363.829**
- Financiamentos	144.876.576	5.208.895	(52.211)	150.033.260
- Empréstimos	177.325.923	6.219.850	(3.469.002)	180.076.771
- Rotativos	81.102.894	2.498.361	(2.347.457)	81.253.798
Total	**719.258.585**	**17.646.082**	**(8.682.518)**	**728.222.149**

(1) Do total das operações, R$ 638.492.103 mil possuem baixo risco de crédito em relação ao total da carteira.

d) Reconciliação de perdas esperadas de operação de crédito

R$ mil

Estágio 1	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	(*Write off*)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	**3.594.618**	**(129.231)**	**(41.818)**	**61.145**	**84.650**	**(3.801)**	**-**	**3.565.563**
- Financiamentos	1.001.834	(21.222)	(4.262)	15.792	34.037	37.363	-	1.063.542
- Empréstimos	2.273.738	(96.221)	(31.222)	42.833	48.767	(97.964)	-	2.139.931
- Rotativos	319.046	(11.788)	(6.334)	2.520	1.846	56.800	-	362.090
Pessoa Física	**6.157.999**	**(291.686)**	**(125.538)**	**227.977**	**342.435**	**(139.904)**	**-**	**6.171.283**
- Financiamentos	437.710	(34.053)	(11.828)	39.025	27.688	(17.557)	-	440.985
- Empréstimos	3.845.053	(202.971)	(106.464)	164.356	167.087	(18.511)	-	3.848.550
- Rotativos	1.875.236	(54.662)	(7.246)	24.596	147.660	(103.836)	-	1.881.748
Total	**9.752.617**	**(420.917)**	**(167.356)**	**289.122**	**427.085**	**(143.705)**	**-**	**9.736.846**

R$ mil

Estágio 2	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	(*Write off*)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	**988.363**	**(61.145)**	**(322.289)**	**129.231**	**79.187**	**248.380**	**-**	**1.061.727**
- Financiamentos	238.312	(15.792)	(50.167)	21.222	6.709	66.672	-	266.956
- Empréstimos	619.065	(42.833)	(196.383)	96.221	70.179	78.946	-	625.195
- Rotativos	130.986	(2.520)	(75.739)	11.788	2.299	102.762	-	169.576
Pessoa Física	**3.236.267**	**(227.977)**	**(1.387.820)**	**291.686**	**636.969**	**1.157.023**	**-**	**3.706.148**
- Financiamentos	414.750	(39.025)	(120.938)	34.053	23.846	117.690	-	430.376
- Empréstimos	2.158.363	(164.356)	(908.484)	202.971	579.738	609.005	-	2.477.237
- Rotativos	663.154	(24.596)	(358.398)	54.662	33.385	430.328	-	798.535
Total	**4.224.630**	**(289.122)**	**(1.710.109)**	**420.917**	**716.156**	**1.405.403**	**-**	**4.767.875**

R$ mil

Estágio 3	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Constituição/ (Reversão)	(*Write off*)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	**15.090.689**	**(84.650)**	**(79.187)**	**41.818**	**322.289**	**2.024.793**	**(2.813.848)**	**14.501.904**
- Financiamentos	2.180.059	(34.037)	(6.709)	4.262	50.167	58.375	(60.338)	2.191.779
- Empréstimos	12.049.650	(48.767)	(70.179)	31.222	196.383	1.694.309	(2.439.448)	11.413.170
- Rotativos	860.980	(1.846)	(2.299)	6.334	75.739	272.109	(314.062)	896.955
Pessoa Física	**21.391.524**	**(342.435)**	**(636.969)**	**125.538**	**1.387.820**	**4.642.183**	**(5.868.670)**	**20.698.991**
- Financiamentos	1.790.547	(27.688)	(23.846)	11.828	120.938	352.455	(52.211)	2.172.023
- Empréstimos	12.686.999	(167.087)	(579.738)	106.464	908.484	2.339.107	(3.469.002)	11.825.227
- Rotativos	6.913.978	(147.660)	(33.385)	7.246	358.398	1.950.621	(2.347.457)	6.701.741
Total	**36.482.213**	**(427.085)**	**(716.156)**	**167.356**	**1.710.109**	**6.666.976**	**(8.682.518)**	**35.200.895**

R$ mil

Consolidado - 3 estágios	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição/ Reversão (1)	(*Write off*)	Saldo em 31 de março de 2025
Pessoa Jurídica	**19.673.670**	**2.269.372**	**(2.813.848)**	**19.129.194**
- Financiamentos	3.420.205	162.410	(60.338)	3.522.277
- Empréstimos	14.942.453	1.675.291	(2.439.448)	14.178.296
- Rotativos	1.311.012	431.671	(314.062)	1.428.621
Pessoa Física	**30.785.790**	**5.659.302**	**(5.868.670)**	**30.576.422**
- Financiamentos	2.643.007	452.588	(52.211)	3.043.384
- Empréstimos	18.690.415	2.929.601	(3.469.002)	18.151.014
- Rotativos	9.452.368	2.277.113	(2.347.457)	9.382.024
Total	**50.459.460**	**7.928.674**	**(8.682.518)**	**49.705.616**

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Operações de crédito reestruturadas

No total de "Operações de crédito com perda esperada associada ao risco de crédito", onde estão incluídas as reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Reestruturações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das reestruturações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de operações de crédito reestruturadas:

	R$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	**34.755.068**
Reestruturação (1)	4.294.803
Recebimento/Outros (2)	(3.305.094)
Baixas	(4.123.217)
Saldo final em 31 de março de 2025	**31.621.560**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(17.679.456)
Total de operações de crédito reestruturadas, líquido de perda esperada	**13.942.104**

Perda esperada sobre as operações de crédito reestruturadas como percentual do total das operações de crédito reestruturadas	55,9%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total	4,3%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total, líquido de perda esperada	4,7%

(1) A Organização optou pela utilização do Artigo 71-A previsto na Resolução CMN nº 5.146 de 26 de junho de 2024, que faculta as instituições a utilização até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, desta forma os procedimentos contábeis para tratamento das operações reestruturadas é o mesmo das operações reestruturadas; e
(2) Contempla a liquidação de contratos reestruturados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento reestruturados, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros reestruturados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto. Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de reestruturações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de reestruturações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

f) Perda esperada líquida de recuperações

Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida da recuperação de créditos baixados ("*Write-off*").

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Constituição	8.334.917
Recuperações	(1.306.919)
Despesas com perdas esperadas líquidas de recuperações (1)	**7.027.998**

(1) No acumulado em 31 de março de 2025, houve cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo no montante de R$ 521.759 mil, cujo valor de venda foi de R$ 66.597 mil e cessão de crédito de operação ativa no montante de R$ 2.662 mil, cujo valor de venda foi de R$ 76 mil, sem retenção de riscos e benefícios.

g) Itens não registrados no balanço

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	328.699.826
Beneficiários e garantias prestadas (2)	116.462.126
Créditos abertos para importação	616.229
Total	**445.778.181**

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e
(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avalizar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

a) Diversos

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Valores a receber relativos a transações de pagamento	61.120.139
Títulos e créditos a receber	34.178.276
Devedores por depósitos em garantia	21.876.977
Adiantamentos de contrato de câmbio	16.143.968
Rendas a receber	7.375.202
Valores específicos	6.844.062
Negociação e intermediação de valores	4.664.024
Outros	1.036.830
Total	**153.239.478**

14) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

a) Composição dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto (*joint venture*)

R$ mil

Empresas	Em 31 de março de 2025										
	Localização da Sede	Participação total	Participação com direito a voto	Valor contábil do investimento	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Resultado da equivalência patrimonial - Acumulado (1)	Outros Resultados Abrangentes do período	Resultado Abrangente Total
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	São Paulo - Brasil	20,00%	20,00%	119.185	5.647.359	2.154.441	5.026.905	2.199.271	20.513	2.875	23.388
Tecnologia Bancária S.A. (2)	São Paulo - Brasil	24,55%	24,32%	242.445	859.446	2.307.846	732.677	1.468.220	1.208	-	1.208
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (2)	São Paulo - Brasil	40,00%	40,00%	552.724	2.712.444	2.223.316	2.950.244	841.602	3.589	(10.985)	(7.396)
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (2)	São Paulo - Brasil	16,82%	16,00%	55.921	177.889	1.039.466	280.389	607.200	(376)	-	(376)
Outras (3)				10.683.483					160.715		
Total dos investimentos em coligadas				**11.653.758**					**185.649**		
Elo Participações Ltda. (4)	São Paulo - Brasil	50,01%	50,01%	497.528	920.770	5.155.337	946.303	4.134.949	202.024	(78.051)	123.973
Total dos investimentos em *joint ventures*				**497.528**					**202.024**		
Total geral em 31 de março de 2025				**12.151.286**					**387.673**		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;
(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação;
(3) Inclui, basicamente, investimentos na Cielo S.A. e Banco John Deere; e
(4) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento.

15) IMOBILIZADO DE USO

a) Composição por classe de imobilizado de uso

	R$ mil				
	Em 31 de março de 2025				
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de depreciação
Edificações	4%	1.271.623	(1.048.711)	(248)	222.664
Terrenos	-	692.106	-	-	692.106
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.078.371	(3.302.899)	(1.115)	1.774.357
Direitos de Uso (1)	-	3.277.219	(632.500)	-	2.644.719
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	396.477	(273.955)	(3.430)	119.092
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	7.054.225	(4.500.038)	(8.943)	2.545.244
Sistemas de transportes	10% a 20%	313.205	(114.042)	-	199.163
Imobilizações em curso	-	219.171	(144)	-	219.027
Saldos em 31 de março de 2025 (1)		**18.302.397**	**(9.872.289)**	**(13.736)**	**8.416.372**

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução nº 4.975/21.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota de Outros Passivos Financeiros para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R$ mil							
	Edificações	Terrenos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Outros (1)	Total (2)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**330.752**	**713.838**	**2.079.067**	**119.670**	**3.432.633**	**207.142**	**547.277**	**7.430.379**
Adições/Baixas	(96.217)	(21.732)	(181.873)	6.543	(704.506)	246	2.616.224	1.618.685
Depreciação	(11.871)	-	(122.837)	(7.121)	(182.883)	(8.225)	(299.755)	(632.692)
Saldos em 31 de março de 2025	**222.664**	**692.106**	**1.774.357**	**119.092**	**2.545.244**	**199.163**	**2.863.746**	**8.416.372**

(1) Contempla Imobilizado em Curso e Direitos de Uso; e
(2) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução 4.975/21.

O índice de imobilização em relação ao patrimônio de referência do "conglomerado prudencial" foi de 25,0%, sendo o limite máximo de 50,0% conforme Resolução CMN nº 4.957/21.

16) INTANGÍVEL

a) Ágios

O ágio apurado nas aquisições de investimentos, líquido das provisões para redução ao valor recuperável de ativos, totalizou R$ 4.433.560 mil, líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, sendo: (i) R$ 2.573.850 mil representado pela aquisição de ações de empresas coligadas e de controle compartilhado, que estão

registradas em Investimentos (Cielo/Fleury/Swiss/Grupo Santa/Outros); e (ii) R$ 1.859.710 mil representado pela aquisição de ações de empresas controladas, representado por rentabilidade futura/carteira de clientes/valor de mercado, que é amortizado em até vinte anos, líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, registrado em Ativos Intangíveis.

Foram amortizados ágios no acumulado em 31 de março de 2025 no montante de R$ 73.903 mil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

R$ mil

	Em 31 de março de 2025				
	Taxa Amortização (1)	Custo	Amortização	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de amortização
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	Contrato	9.322.212	(3.977.228)	(102.602)	5.242.382
Software	Até 10%	24.334.892	(14.180.203)	(4.268)	10.150.421
Ágio (2)	Até 20%	13.837.298	(11.428.072)	(549.516)	1.859.710
Outros	Contrato	2.490.184	(1.270.025)	(18.104)	1.202.055
Total em 31 de março de 2025		**49.984.586**	**(30.855.528)**	**(674.490)**	**18.454.568**

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico, sendo: (i) Software e Outros registrados em "Outras Despesas Administrativas"; e (ii) Aquisição de Folha e Ágio em "Outras Despesas Operacionais"; e
(2) Em 31 de março de 2025, composto, basicamente, pelos ágios na aquisição da participação acionária na Bradesco Bank – R$ 772.096 mil, Odonto System – R$ 7.126 mil, Bradescard México - R$ 7.071 mil, Kirton Bank - R$ 397.774 mil, RCB Investimentos - R$ 6.166 mil, Banco Dígio - R$ 113.106 mil e Tivio Capital – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - R$ 117.629 mil.

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

R$ mil

	Em 1º de janeiro de 2025	Adições/ (baixas)	Amortização do período	Em 31 de março de 2025
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	5.553.483	201.934	(513.035)	5.242.382
Software	10.287.797	548.656	(686.032)	10.150.421
Ágio – Rentabilidade futura	660.471	14.856	(49.342)	625.985
Ágio – Baseado em intangíveis e outras razões	903.626	-	(23.282)	880.344
Ágio – Diferença de valor de mercado de ativos/passivos	354.660	-	(1.279)	353.381
Outros	1.230.115	20.782	(48.842)	1.202.055
Total	**18.990.152**	**786.228**	**(1.321.812)**	**18.454.568**

17) OUTROS ATIVOS

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	1.733.739
Devedores diversos	4.663.715
Despesas antecipadas	4.184.647
Outros Valores e Bens	75.958
Outros (1)	5.503.868
Total	**16.161.927**

(1) Inclui, basicamente, material em estoque, valores a receber, outros adiantamentos, antecipações e pagamentos a ressarcir, propriedade para investimento, no montante de R$ 1.849.655 mil e R$ 2.060.445 mil de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento em 2024, registradas como investimentos mantidos para venda, conforme Resolução nº 4.817/20, e que estão avaliadas por laudo de avaliação independente.

a) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

	R$ mil		
	Em 31 de março de 2025		
	Custo	**Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos**	**Custo líquido de provisão**
Imóveis	2.339.179	(1.257.051)	1.082.128
Veículos e afins	826.525	(372.744)	453.781
Máquinas e equipamentos	3.621	(2.656)	965
Total em 31 de março de 2025	**3.169.325**	**(1.632.451)**	**1.536.874**

b) Despesas antecipadas

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Custos de aquisição diferidos de seguros (1)	2.531.139
Comissão na colocação de empréstimos e financiamentos (2)	8.529
Despesas de propaganda e publicidade (3)	237.260
Outras (4)	1.407.719
Total	**4.184.647**

(1) Comissões pagas aos corretores e representantes sobre as comercializações de produtos de seguros, previdência e capitalização;
(2) Comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos e para correspondentes – crédito consignado;
(3) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros; e
(4) Inclui, basicamente: (i) antecipação de comissões referente à acordo operacional para oferta de cartões de crédito e outros produtos; (ii) despesas pela emissão de cartões; e (iii) despesa de infraestrutura de TI.

18) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R$ mil				
	Em 31 de março de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista - instituições financeiras	1.254.832	-	-	-	1.254.832
Depósitos interfinanceiros	409.037	266.337	172.022	85.917	933.313
Captações no mercado aberto (a)	273.418.723	4.961.437	101	1.303.152	279.683.413
Obrigações por empréstimos (b)	5.176.868	19.670.242	9.938.832	1.435.400	36.221.342
Obrigações por repasses (c)	1.200.569	4.406.134	5.058.549	17.512.417	28.177.669
Total geral em 31 de março de 2025	**281.460.029**	**29.304.150**	**15.169.504**	**20.336.886**	**346.270.569**
%	**81,3**	**8,5**	**4,4**	**5,8**	**100,0**

a) Captações no mercado aberto

	R$ mil				
	Em 31 de março de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Carteira própria	**124.070.066**	**1.371.520**	**101**	**1.303.152**	**126.744.839**
• Títulos públicos	118.428.403	1.363.924	101	-	119.792.428
• Exterior	5.641.663	7.596	-	1.303.152	6.952.411
Carteira de terceiros (1)	**131.362.599**	**3.589.917**	**-**	**-**	**134.952.516**
Carteira livre movimentação (1)	**17.986.058**	**-**	**-**	**-**	**17.986.058**
Total geral em 31 de março de 2025	**273.418.723**	**4.961.437**	**101**	**1.303.152**	**279.683.413**
%	**97,7**	**1,8**	**-**	**0,5**	**100,0**

(1) Representada por títulos públicos.

b) Obrigações por empréstimos

	R$ mil				
	Em 31 de março de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
No Exterior	**5.176.868**	**19.670.242**	**9.938.832**	**1.435.400**	**36.221.342**
Total geral em 31 de março de 2025	**5.176.868**	**19.670.242**	**9.938.832**	**1.435.400**	**36.221.342**
%	**14,3**	**54,3**	**27,4**	**4,0**	**100,0**

c) Obrigações por repasses [1]

	R$ mil				
	Em 31 de março de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Do País	**1.200.569**	**4.406.134**	**5.058.548**	**17.512.417**	**28.177.668**
- FINAME	697.592	3.036.372	3.051.794	12.161.568	18.947.326
- BNDES	334.742	1.369.762	1.552.095	5.349.530	8.606.129
- Tesouro nacional	-	-	454.660	-	454.660
- Outras instituições	168.235	-	-	1.319	169.554
Total geral em 31 de março de 2025	**1.200.569**	**4.406.134**	**5.058.549**	**17.512.417**	**28.177.669**
%	**4,3**	**15,6**	**18,0**	**62,1**	**100,0**

(1) As obrigações por repasses consistem de recursos para repasses locais, em que tomamos emprestado de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações, equipamentos, agricultura, entre outros.

d) Despesas de operações de empréstimos e repasses

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Empréstimos:	
- No País	55.797
- No Exterior	(1.203.247)
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior	2.087.903
Subtotal de empréstimos	**940.453**
Repasses do País:	
- BNDES	156.307
- FINAME	498.504
- Tesouro nacional	7.182
- Outras instituições	1.100
Repasses do Exterior:	
- Obrigações com banqueiros no exterior	49.998
Subtotal de repasses	**713.091**
Total	**1.653.544**

e) Despesas com operações de captações no mercado

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Depósitos de poupança	2.185.122
Depósitos a prazo	9.997.211
Captações no mercado aberto	8.119.122
Recursos de emissão de títulos (Nota 20a)	5.590.930
Dívidas subordinadas (Nota 21b)	1.963.052
Outras despesas de captação	86.299
Total	**27.941.736**

19) RECURSOS DE CLIENTES

R$ mil

	Em 31 de março de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista - clientes (1)	32.430.856	-	-	-	32.430.856
Depósitos de poupança (1)	126.124.055	-	-	-	126.124.055
Depósitos à prazo (2)	34.768.343	52.395.587	84.548.094	290.049.762	461.761.786
Total em 31 de março de 2025	**193.323.254**	**52.395.587**	**84.548.094**	**290.049.762**	**620.316.697**
%	**31,2**	**8,4**	**13,6**	**46,8**	**100**

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e
(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

20) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

R$ mil

	Em 31 de março de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos e valores mobiliários – País:					
- Letras de crédito imobiliário	1.899.172	10.375.359	28.466.851	20.198.626	60.940.008
- Letras de crédito do agronegócio	2.593.491	14.513.148	19.180.884	10.869.297	47.156.820
- Letras financeiras	3.115.920	11.524.910	23.492.938	68.783.669	106.917.437
- Letras imobiliárias garantidas (1)	1.226.712	7.321.549	4.881.299	20.070.608	33.500.168
Subtotal	**8.835.295**	**43.734.966**	**76.021.972**	**119.922.200**	**248.514.433**
Títulos e valores mobiliários – Exterior:					
- MTN *Program Issues* (2)	767.787	78.360	85.027	3.628.834	4.560.008
- Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidas do exterior	-	71.529	-	5.742.117	5.813.646
- Custo de emissões sobre captações	-	-	-	(57.934)	(57.934)
Subtotal	**767.787**	**149.889**	**85.027**	**9.313.017**	**10.315.720**
Certificados de operações estruturadas	**104.166**	**577.038**	**410.516**	**3.263.803**	**4.355.523**
Total geral em 31 de março de 2025	**9.707.248**	**44.461.893**	**76.517.515**	**132.499.020**	**263.185.676**
%	**3,7**	**16,9**	**29,1**	**50,3**	**100,0**

(1) Captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, no montante de R$ 35.133.261 mil, que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução nº 5.001/22 do BACEN, sendo: Requisito de suficiência, requisito de liquidez, requisito de prazo. Os programas 2 e 3 de emissão de LIG, tem respectivamente, prazo médio ponderado da carteira de ativos de 226 e 239 meses sendo a emissão das LIGs com prazo de 35 e 24 meses, não havendo vencimento de LIGs nos próximos 180 dias, os direitos creditórios corresponde a 2,14% do total de ativos e 40,11% do valor de garantia dos imóveis. Adicionalmente, o Termo de Emissão de LIG e a política de gestão da carteira de ativos seguem na forma do artigo 11 da Resolução nº 5.001/22 do BACEN; e
(2) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo.

a) Movimentação de recursos de emissão de títulos

	R$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	**257.977.344**
Emissões	22.064.677
Juros	5.590.930
Liquidação e pagamentos de juros	(22.281.001)
Variação cambial	(166.274)
Saldo final em 31 de março de 2025	**263.185.676**

21) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição por vencimento

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da operação	R$ mil Em 31 de março de 2025
No País			
Letras Financeiras:			
2025	7	3.871.906	6.875.712
2027	7	401.060	662.833
2025	8	3.135.864	3.234.638
2026	8	694.800	1.232.244
2028	8	55.437	91.751
2030	8	2.368.200	3.483.093
2025	9	15.570	45.097
2027	9	89.700	169.515
2025	10	178.937	674.586
2026	10	196.196	594.004
2027	10	256.243	541.375
2028	10	248.300	523.395
2030	10	134.500	215.875
2031	10	7.270.000	11.724.304
2032	10	5.378.500	7.875.256
2033	10	531.000	649.931
2026	11	2.500	4.143
2027	11	47.046	106.485
2028	11	74.764	164.562
Perpétua		19.153.355	20.057.139
Total geral (1) (2)			**58.925.938**

(1) Inclui o montante de R$ 45.268.293 mil, referente as dívidas subordinadas registradas como "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" para fins de capital regulamentar; e
(2) As informações de resultado estão apresentadas na Nota 18e, despesas com operações no mercado e atualização de juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização.

b) Movimentação das dívidas subordinadas

	R$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	**57.458.927**
Emissões	5.555.700
Juros	1.963.052
Liquidação e pagamentos de juros	(6.051.741)
Saldo final em 31 de março de 2025	**58.925.938**

22) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	41.406.167
Negociação e intermediação de valores	6.269.309
Passivo financeiro de arrendamento (a)	3.718.682
Obrigações por operações vinculadas a cessão	3.234.297
Total	**54.628.455**

a) Passivo de arrendamento

	R$ mil
Saldo final em 1º de janeiro de 2025	**3.014.544**
Remensuração e novos contratos	989.290
Pagamentos	(372.709)
Apropriação de encargos financeiros	87.557
Saldo final em 31 de março de 2025	**3.718.682**

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 31 de março de 2025 está dividido da seguinte forma: R$ 744.814 mil até 1 ano, R$ 1.809.750 mil entre 1 a 5 anos e R$ 579.406 mil com mais de 5 anos.

Impactos no resultado

O impacto no resultado no acumulado em 31 de março de 2025 foi de: Despesas de depreciação – R$ 299.755 mil e Despesas financeiras – R$ 87.557 mil .

23) PROVISÕES

a) Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização

I) Provisões técnicas por conta

	R$ mil			
	Em 31 de março de 2025			
	Seguros	Vida e Previdência	Capitalização	Total
Passivo circulante e exigível a longo prazo				
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.260.368	349.594.045	-	350.854.413
Provisão matemática de benefícios concedidos	495.201	12.854.355	-	13.349.556
Provisão matemática para capitalização	-	-	8.217.692	8.217.692
Provisão de IBNR	8.117.601	951.483	-	9.069.084
Provisão de prêmios não ganhos	7.425.174	3.066.249	-	10.491.423
Provisão de sinistros a liquidar	7.029.227	1.529.932	-	8.559.159
Provisão de excedente financeiro	-	692.257	-	692.257
Provisão para sorteios e resgates	-	-	1.550.681	1.550.681
Outras provisões	4.842.759	6.562.341	83.962	11.489.062
Total das provisões técnicas	**29.170.330**	**375.250.662**	**9.852.335**	**414.273.327**

II) Garantias das provisões técnicas

	R$ mil			
	Em 31 de março de 2025			
	Seguros	Vida e Previdência	Capitalização	Total
Total das provisões técnicas	**29.170.330**	**375.250.662**	**9.852.335**	**414.273.327**
(-) Provisão matemática de benefícios a conceder (PGBL e VGBL) (4)	-	(316.616.883)	-	(316.616.883)
(-) Carregamento de comercialização – garantia estendida	(310.661)	-	-	(310.661)
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(20.958)	(14.037)	-	(34.995)
(-) Direitos creditórios	(2.798.160)	-	-	(2.798.160)
(-) Provisão de prêmios não ganhos – seguro saúde e odontológico (3)	(2.553.240)	-	-	(2.553.240)
(-) Outras deduções - Seguro saúde e odontológico (3)	(4.360.776)	-	-	(4.360.776)
Total a ser coberto	**19.126.535**	**58.619.742**	**9.852.335**	**87.598.612**
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	8.130.218	23.826.629	5.917.836	37.874.683
Títulos públicos	14.335.842	34.540.140	4.024.434	52.900.416
Ações	-	763.535	-	763.535
Títulos privados	220.462	532.531	-	752.993
Total das garantias das provisões técnicas	**22.686.522**	**59.662.835**	**9.942.270**	**92.291.627**

(1) A linha de "Outras provisões" de Seguros inclui, substancialmente, a Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) de R$ 4.724.944 mil e Provisão de Despesas Relacionadas de R$ 96.627 mil;
(2) A linha de "Outras provisões" de Vida e Previdência inclui, substancialmente, a "Provisão de resgates e outros valores a regularizar" no montante de R$ 4.752.535 mil, "Provisão de despesas relacionadas" de R$ 259.831 mil;
(3) De acordo com a Resolução Normativa ANS n° 521/2022 e alterações subsequentes, não há obrigatoriedade de vinculação de ativos garantidores para cobertura do montante contabilizado a título de Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG), Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC) e Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL): (i) garantidos por depósito judicial; (ii) relacionados a cobranças do SUS; e (iii) planos da modalidade pós-estabelecido; e
(4) Em atendimento ao artigo 57 da Resolução CNSP nº 432/2021, foi desconsiderado do cálculo das provisões técnicas da vida e previdência, o montante das provisões matemáticas de benefícios a conceder e seus respectivos fundos de investimentos especialmente constituídos relativos a PGBL e VGBL.

III) Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Prêmios emitidos	17.714.034
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	10.552.323
Receitas com títulos de capitalização	1.744.330
Prêmios de cosseguros cedidos	(13.437)
Prêmios restituídos	(6.208)
Prêmios emitidos líquidos de seguros, planos de previdência e capitalização	**29.991.042**
Prêmios de resseguros	(4.641)
Prêmios retidos de seguros, planos de previdência e capitalização	**29.986.401**
Variação nas provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(12.832.130)
Sorteios e resgates de títulos de capitalização	(1.519.586)
Sinistros retidos	(11.073.119)
Despesas de comercialização de seguros, previdência e capitalização	(1.218.222)
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	**3.343.344**

b) Outras provisões

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Provisão para contingências (Nota 24)	17.817.803
Outras (1)	13.951.060
Total	**31.768.863**

(1) Inclui, basicamente, provisão para pagamentos a efetuar relativos a obrigações com os funcionários e outras provisões administrativas.

24) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores,

a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não têm valores individualmente relevantes.

I) Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

Cabe ressaltar que, quanto a esses litígios de planos econômicos, o Supremo Tribunal Federal (STF) mantém suspenso o andamento de todos os processos sem julgamento definitivo, até que haja pronunciamento definitivo daquela Corte, quanto ao direito discutido.

III) Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- PIS e Cofins – R$ 3.308.461 mil: pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras;

- Contribuições Previdenciárias – R$ 2.017.356 mil: autuações relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições e multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes;

- PIS e Cofins – R$ 860.490 mil: pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços); e

- INSS - Contribuição ao SAT – R$ 534.469 mil: em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto no 6.042/07.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV) Provisões segregadas por natureza

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Processos trabalhistas	2.714.889
Processos cíveis	7.488.478
Provisão para riscos fiscais	7.614.436
Total (Nota 23b)	**17.817.803**

V) Movimentação das provisões

	R$ mil		
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Fiscais**
Saldo em 1º de janeiro de 2025	**2.613.403**	**7.827.251**	**7.457.160**
Atualização monetária	67.537	128.554	122.454
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	895.689	303.624	71.850
Pagamentos	(861.740)	(770.951)	(37.028)
Saldo em 31 de março de 2025	**2.714.889**	**7.488.478**	**7.614.436**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de março de 2025, R$ 12.675.876 mil para os processos cíveis e R$ 47.063.720 mil para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2012 a 2015 – R$ 12.455.519 mil: glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;

- COFINS – Anos bases de 1999 a 2014 – R$ 10.033.223 mil: autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);

- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2020 – R$ 9.445.680 mil: lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;

- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2019 – R$ 3.279.918 mil: relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;

- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R$ 1.904.561 mil: relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R$ 990.234 mil: relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal;

- Juros Sobre Capital Próprio (TJLP) – Ano base 2019 – R$ 201.401 mil: autuações de IRPJ/CSLL relativas ao ano de 2019 questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio (TJLP); e

- PLR – Participação nos Lucros e Resultados – Anos bases de 2009 a 2011 – R$ 195.073 mil: autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas.

25) OUTROS PASSIVOS

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Credores diversos	7.060.004
Sociais e estatutárias	7.823.348
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.662.896
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	3.988.594
Obrigações por cotas de fundos de investimento	2.473.950
Fiscais e previdenciárias	2.419.961
Operações com cartão de crédito	1.302.762
Taxa de administração antecipada	857.931
Obrigações por aquisição de bens e direitos	849.343
Outros (1)	6.443.747
Total	**39.882.536**

(1) Inclui, basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

26) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de março de 2025
Ordinárias	5.303.870.781
Preferenciais	5.288.141.247
Subtotal	**10.592.012.028**
Em tesouraria (ordinárias) (1)	(7.500.000)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(7.500.000)
Total em circulação	**10.577.012.028**

(1) Em janeiro houve aquisição de 4.970.900 ações em Tesouraria. Em 07 de fevereiro de 2025, foi aprovado o cancelamento de 50.158.200 ações mantidas em Tesouraria de emissão da Companhia (item d). Após essa data, houve aquisição de 15.000.000 para serem mantidas em Tesouraria.

b) Reservas de lucros

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Reservas de lucros	
- Reserva legal (1)	14.585.082
- Reserva estatutária (2)	72.293.055
Total	**86.878.137**

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Em reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2025, no valor de R$ 2.300.000 mil, sendo R$ 0,207112492 por ação ordinária e R$ 0,227823742 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 31 de outubro de 2025.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao 1º trimestre de 2025, está demonstrado a seguir:

	R$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	5.802.082	
(-) Reserva legal	290.104	
Base de cálculo ajustada	**5.511.978**	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	575.269	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	2.300.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	378.941	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(488.131)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 31 de março de 2025	**2.766.079**	**50,18**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto) - R$		R$ mil		
	Ordinárias	Preferenciais	Valor pago/provisionado	IRRF (15%)	Valor pago/provisionado líquido
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,051749	0,056924	575.269	86.290	488.979
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (1)	0,207112	0,227824	2.300.000	345.000	1.955.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,034123	0,037536	378.941	56.841	322.100
Total acumulado em 31 de março de 2025	**0,292985**	**0,322283**	**3.254.210**	**488.131**	**2.766.079**

(1) A serem pagos até 31 de outubro de 2025.

d) Ações em tesouraria

Em 07 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração deliberou cancelar as 50.158.200 ações, nominativas-escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sendo 26.433.900 ordinárias e 23.724.300 preferenciais, mantidas em tesouraria, as quais foram adquiridas por meio do programa de recompra vigente desde 07 de novembro de 2023.

Em 31 de março de 2025, permaneciam em tesouraria 7.500.000 ações ordinárias e 7.500.000 ações preferenciais, no montante de R$ 168.625 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R$ 10,65, R$ 10,73 e R$ 10,85 e por ação PN é de R$ 11,53, R$ 11,75 e R$ 11,96 respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de março de 2025, era de R$ 11,35 por ação ON e R$ 12,67 por ação PN.

e) Lucro por ação

i.Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Acumulado em 31 de março de 2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$ mil)	**2.762.896**
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$ mil)	**3.039.186**
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.300.118
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.284.388
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R$)	0,52
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R$)	0,58

ii.Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

27) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS

Em 31 de março de 2025, o saldo das participações minoritárias das controladas foi de R$ 811.113 mil, representada basicamente, pela empresa Odontoprev.

28) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Rendas de cartão	2.478.953
Conta corrente	1.686.547
Administração de consórcios	707.157
Mercado de capitais/Assessoria financeira	361.238
Cobrança	346.428
Administração de fundos	329.693
Serviços de custódia e corretagens	353.488
Operações de crédito	597.221
Arrecadações	95.950
Outras	347.528
Total	**7.304.203**

29) DESPESAS DE PESSOAL

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Proventos	3.312.480
Benefícios	1.365.169
Encargos sociais	1.175.989
Participação dos empregados nos lucros	489.884
Treinamentos	20.070
Total	**6.363.592**

30) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Serviços de terceiros	1.175.620
Depreciação e amortização	1.341.494
Processamento de dados	629.750
Comunicação	157.704
Manutenção e conservação de bens	321.173
Serviços do sistema financeiro	468.378
Propaganda, promoções e publicidade	305.176
Segurança e vigilância	123.294
Transportes	152.539
Água, energia e gás	81.120
Materiais	27.416
Viagens	42.238
Aluguéis	24.931
Outras	479.210
Total	**5.330.043**

31) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 225
Contribuição à Cofins	1.461.667
Contribuição ao PIS	246.204
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	248.322
Despesas com IPTU	48.829
Outras	76.819
Total	**2.081.841**

32) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Outras receitas financeiras	824.423
Reversão de outras provisões operacionais	422.206
Receitas de recuperação de encargos e despesas	142.565
Outras (1)	1.139.742
Total	**2.528.936**

(1) Composto, principalmente, por receitas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

33) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Outras despesas financeiras	352.215
Despesas com perdas diversas	226.462
Despesas com descontos concedidos	521.801
Despesas com comissão de empréstimos e financiamentos	95.999
Amortização - direito para prestação de serviços financeiros	477.729
Amortização de ágio (Nota 16a)	73.903
Despesas com comercialização de cartões	1.060.054
Outras (1)	2.813.423
Total	**5.621.586**

(1) Composto, principalmente, por despesas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

34) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos	48.780
Constituição/reversão de provisões não operacionais (1)	(112.356)
Outros	15.826
Total	**(47.750)**

(1) Inclui, basicamente, a provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**6.436.115**
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(2.896.252)
Efeito no cálculo dos tributos:	
Participações em coligadas e de controle compartilhado	174.453
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	144.958
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	1.464.395
Outros valores (1)	549.246
Imposto de renda e contribuição social do período	**(563.200)**

(1) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras exceto banco, empresas do ramo segurador e das empresas não financeiras, em relação a demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R$ mil
	Acumulado em 31 de março de 2025
Impostos correntes:	
Imposto de renda e contribuição social devidos	**(4.993.472)**
Impostos diferidos:	
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	3.910.443
Utilização de saldos iniciais de:	
Base negativa de contribuição social	(25.352)
Prejuízo fiscal	(38.858)
Constituição no período sobre:	
Base negativa de contribuição social	197.968
Prejuízo fiscal	386.071
Total dos impostos diferidos	**4.430.272**
Imposto de renda e contribuição social do período	**(563.200)**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	**Constituição**	**Realização**	**Saldo em 31 de março de 2025**
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	71.978.932	9.756.811	(7.858.591)	73.877.152
Provisões cíveis	3.427.730	91.742	(249.415)	3.270.057
Provisões fiscais	3.428.498	78.026	(19.070)	3.487.454
Provisões trabalhistas	1.165.970	72.770	(29.727)	1.209.013
Ativos não financeiros mantidos para venda	699.332	66.916	(70.451)	695.797
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e derivativos	15.812	116.617	(3.427)	129.002
Ágio amortizado	226.255	3.687	(2.804)	227.138
Outros	6.143.515	1.429.816	(1.871.585)	5.701.746
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**87.086.044**	**11.616.385**	**(10.105.070)**	**88.597.359**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.755.350	584.039	(64.210)	19.275.179
Subtotal	**105.841.394**	**12.200.424**	**(10.169.280)**	**107.872.538**
Ajuste a valor de mercado dos títulos em valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.354.802	227.876	(555.133)	3.027.545
Total dos créditos tributários	**109.196.196**	**12.428.300**	**(10.724.413)**	**110.900.083**
Obrigações fiscais diferidas (Nota 35e)	**4.637.595**	**535.859**	**(316.237)**	**4.857.217**
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	**104.558.601**	**11.892.441**	**(10.408.176)**	**106.042.866**
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o patrimônio de referência (Nota 38a)	**68,2%**			**66,3%**
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	**5,1%**			**5,3%**

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de março de 2025 - R$ mil				
	Diferenças temporárias		**Prejuízo fiscal e base negativa**		**Total**
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	
2025	7.167.430	5.654.511	224.113	116.005	13.162.059
2026	9.479.358	7.523.493	271.099	134.886	17.408.836
2027	7.994.015	6.343.015	249.060	107.979	14.694.069
2028	7.996.368	6.263.115	639.233	424.089	15.322.805
2029	6.505.384	5.053.286	1.046.284	769.636	13.374.590
2030	3.523.200	2.788.691	1.245.945	1.005.947	8.563.783
2031	2.541.897	2.007.218	1.600.327	1.303.447	7.452.889
2032	1.917.052	1.509.523	1.951.974	1.596.356	6.974.905
2033	1.551.989	1.167.803	2.341.269	1.924.596	6.985.657
2034	906.264	703.747	928.765	1.394.169	3.932.945
Total	**49.582.957**	**39.014.402**	**10.498.069**	**8.777.110**	**107.872.538**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/24.

Em 31 de março de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R$ 93.234.211 mil, sendo: R$ 78.194.669 mil de diferenças temporárias e R$ 15.039.542 mil de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	**Constituição**	**Realização/Baixas**	**Saldo em 31 de março de 2025**
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e derivativos	443.139	64.829	(206.878)	301.090
Superveniência de depreciação	726.203	94.732	-	820.935
Atualização de depósitos judiciais	2.008.528	68.788	(8.816)	2.068.500
Outros	1.003.150	306.211	(96.409)	1.212.952
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	**4.181.020**	**534.560**	**(312.103)**	**4.403.477**
Ajuste a valor de mercado dos títulos em valor justo por meio de outros resultados abrangentes	456.575	1.299	(4.134)	453.740
Total dos impostos diferidos (Nota 35c)	**4.637.595**	**535.859**	**(316.237)**	**4.857.217**

36) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado – Contábil x Gerencial

A Administração usa uma variedade de informações para avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais está envolvida e os ambientes econômicos em que opera, incluindo as oriundas das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que levam em consideração, nos critérios de consolidação, empresas de controle compartilhado, portanto, diferindo, em parte, dos critérios do CPC 36.

As principais diferenças de critérios de consolidação são demonstradas a seguir, através da Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado – Contábil x Gerencial:

R$ mil

	Balanço Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanço Patrimonial Gerencial
Ativo				
Disponibilidades	17.290.696	24.267	(389.219)	16.925.744
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	812.533.608	8.203.738	57.207.446	877.944.792
Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	285.109.172	3.314.014	(83.656)	288.339.530
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	571.872.908	16.453.726	(859.823)	587.466.811
Outros ativos financeiros	153.239.478	(924.955)	(1.620.662)	150.693.861
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.536.874	63.071	(238.254)	1.361.691
Investimentos em coligadas, controladas em conjunto e outros investimentos	12.151.286	(6.165.394)	-	5.985.892
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	8.416.372	427.630	-	8.844.002
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	18.454.568	5.920.986	-	24.375.554
Impostos a compensar e créditos tributários	122.943.788	1.827.533	-	124.771.321
Outros ativos	16.161.927	11.893.479	(99.652)	27.955.754
Total em 31 de março de 2025	**2.019.710.677**	**41.038.095**	**53.916.180**	**2.114.664.952**

R$ mil

	Balanço Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanço Patrimonial Gerencial
Passivo				
Recursos de instituições financeiras	346.270.569	14.634.946	43.067.363	403.972.878
Recursos de clientes	620.316.697	475.067	3.177.139	623.968.903
Recursos de emissão de títulos	263.185.676	3.098.714	12.696.516	278.980.906
Dívidas subordinadas	58.925.938	-	-	58.925.938
Outros passivos financeiros	54.628.455	(6.237.365)	(1.409.308)	46.981.782
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	15.763.703	-	(839.166)	14.924.537
Provisão para perda esperada	3.658.507	424	-	3.658.931
Provisões técnicas de seguros e previdência	414.273.327	-	-	414.273.327
Outras provisões	31.768.863	924.696	(43.112)	32.650.447
Impostos correntes e diferidos	6.032.476	273.849	(2.825)	6.303.500
Outros passivos	39.882.536	24.362.547	(2.730.427)	61.514.656
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	164.192.817	-	-	164.192.817
Participação de acionistas não controladores	811.113	3.505.217	-	4.316.330
Total em 31 de março de 2025	**2.019.710.677**	**41.038.095**	**53.916.180**	**2.114.664.952**

R$ mil

	DRE Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	DRE Gerencial
Receitas da intermediação financeira	51.559.805	391.649	1.066.772	53.018.226
Despesas da intermediação financeira	(29.595.280)	(198.874)	(1.882.610)	(31.676.764)
Resultado da intermediação financeira	**21.964.525**	**192.775**	**(815.838)**	**21.341.462**
Perdas esperadas de ativos financeiros	(8.334.917)	(65.126)	-	(8.400.043)
Resultado bruto da intermediação financeira	**13.629.608**	**127.649**	**(815.838)**	**12.941.419**
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	3.343.344	-	-	3.343.344
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	7.304.203	1.857.488	590.479	9.752.170
Despesas de pessoal/administrativas	(11.693.635)	(475.706)	180.607	(11.988.734)
Despesas tributárias	(2.081.841)	(201.767)	-	(2.283.608)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	387.673	(337.233)	-	50.440
IR/CS e Outras receitas/despesas	(5.087.270)	(970.431)	44.752	(6.012.949)
Lucro líquido acumulado em 31 de março de 2025	**5.802.082**	**-**	**-**	**5.802.082**

(1) Refere-se aos efeitos dos ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Elopar, Banco John Deere etc.) para fins gerenciais; e
(2) Refere-se, basicamente, à reversão da consolidação de fundos exclusivos.

b) Balanço patrimonial e demonstração do resultado por segmento - Gerencial

As informações gerenciais por segmento, a seguir, foram preparadas com base em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins.

R$ mil

	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras Atividades (2)	Eliminações (4)	Consolidado Gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Ativo							
Disponibilidades	12.935.156	6.152.008	458.944	5.421	577	(2.626.362)	16.925.744
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	425.427.262	44.703.125	432.356.412	9.781	2.498.777	(27.050.565)	877.944.792
Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	285.617.102	2.722.428	-	-	-	-	288.339.530
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	528.270.598	74.704.199	-	-	-	(15.507.986)	587.466.811
Outros ativos financeiros	145.283.969	154.241	11.035.020	22.498	89.723	(5.891.590)	150.693.861
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.133.901	-	227.790	-	-	-	1.361.691
Investimentos em coligadas, controladas em conjunto e outros investimentos	79.464.314	-	5.502.026	-	1.311	(78.981.759)	5.985.892
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	7.705.505	99.742	2.047.576	1.292	22.103	(1.032.216)	8.844.002
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	20.377.244	162.287	3.835.281	158	584	-	24.375.554
Impostos a compensar e crédito tributário	117.817.380	414.641	6.390.177	3.414	145.709	-	124.771.321
Outros ativos	21.811.927	1.758.503	4.379.599	762	9.896	(4.933)	27.955.754
Total em 31 de março de 2025	**1.645.844.358**	**130.871.174**	**466.232.825**	**43.326**	**2.768.680**	**(131.095.411)**	**2.114.664.952**
Passivo							
Recursos de instituições financeiras	396.781.152	25.092.005	-	-	-	(17.900.279)	403.972.878
Recursos de clientes	575.463.380	50.927.982	-	-	-	(2.422.459)	623.968.903
Recursos de emissão de títulos	293.573.022	10.262.397	-	-	-	(24.854.513)	278.980.906
Dívidas subordinadas	58.925.938	-	-	-	-	-	58.925.938
Outros passivos financeiros	47.748.002	36.375	229.621	-	-	(1.032.216)	46.981.782
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	11.647.209	3.278.573	-	-	-	(1.245)	14.924.537
Provisão para perda esperada	3.402.002	256.929	-	-	-	-	3.658.931
Provisões técnicas de seguros e previdência	-	-	414.257.497	15.830	-	-	414.273.327
Outras provisões	27.427.560	150.578	5.047.640	9.472	21.805	(6.608)	32.650.447
Impostos correntes e diferidos	4.546.357	135.625	1.609.629	-	11.889	-	6.303.500
Outros passivos	58.516.102	1.570.209	7.299.595	2.450	22.632	(5.896.332)	61.514.656
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	164.192.817	-	-	-	-	-	164.192.817
Participação de acionistas não controladores	3.620.817	39.160.501	37.788.843	15.574	2.712.354	(78.981.759)	4.316.330
Total em 31 de março de 2025	**1.645.844.358**	**130.871.174**	**466.232.825**	**43.326**	**2.768.680**	**(131.095.411)**	**2.114.664.952**

R$ mil

	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras Atividades (2)	Eliminações (4)	DRE Gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Receitas da intermediação financeira	49.435.382	2.263.655	1.994.249	396	75.663	(751.119)	53.018.226
Despesas da intermediação financeira	(31.317.943)	(1.143.043)	-	-	-	784.222	(31.676.764)
Resultado da intermediação financeira	**18.117.439**	**1.120.612**	**1.994.249**	**396**	**75.663**	**33.103**	**21.341.462**
Perdas esperadas de ativos financeiros	(8.222.057)	(177.986)	-	-	-	-	(8.400.043)
Resultado bruto da intermediação financeira	**9.895.382**	**942.626**	**1.994.249**	**396**	**75.663**	**33.103**	**12.941.419**
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	-	-	3.327.829	8.185	-	7.330	3.343.344
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	9.031.695	245.040	479.268	-	36.907	(40.740)	9.752.170
Despesas de pessoal/administrativas	(10.548.189)	(301.451)	(1.184.480)	(4.877)	(27.931)	78.194	(11.988.734)
Despesas tributárias	(1.872.847)	(4.013)	(401.803)	-	(4.945)	-	(2.283.608)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(33.067)	-	83.507	-	-	-	50.440
IR/CS e Outras receitas/despesas	(3.730.490)	(274.438)	(1.857.826)	(1.633)	(70.675)	(77.887)	(6.012.949)
Lucro líquido acumulado em 31 de março de 2025	**2.742.484**	**607.764**	**2.440.744**	**2.071**	**9.019**	**-**	**5.802.082**

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras, empresas holdings que, basicamente, administram recursos financeiros, empresas administradoras de cartões de crédito, consórcios e de ativos;
(2) Estão sendo eliminados os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre empresas brasileiras e estrangeiras do mesmo segmento;
(3) Segmento "Grupo Segurador" é representado por empresas seguradoras, de previdência e de capitalização; e
(4) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes, bem como entre operações realizadas no País e exterior.

37) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução CVM nº 94/22, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

R$ mil

	Em 31 de março de 2025			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Ativos				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	783.667	-	783.667
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	10	5.052.672	174.374	5.227.056
Passivos				
Depósitos à vista e de poupança	161	6.341	23.126	29.628
Depósitos a prazo	5.967.441	505.944	453.153	6.926.538
Captações no mercado aberto	160.181	1.343.283	-	1.503.464
Recursos de emissões de títulos e dívidas subordinadas	23.183.107	-	1.395.448	24.578.555
Instrumentos financeiros derivativos	-	13.491	-	13.491
Juros sobre capital próprio a pagar	2.461.671	-	-	2.461.671
Outros passivos	-	12.835.002	12.033	12.847.035

- R$ mil

	Acumulado em 31 de março de 2025			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Resultado				
Receitas de intermediação financeira	-	(25.600)	4	(25.596)
Despesas de intermediação financeira	(906.250)	(39.068)	(52.866)	(998.184)
Receita de prestação de serviços	49	97.108	163	97.320
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	28.532	(638.644)	(25.803)	(635.915)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;
(2) Empresas relacionadas na Nota 14; e
(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado), que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

- A verba destinada a custear Planos de Previdência dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2025, foi determinado o valor máximo de R$ 1.183.531 mil para remuneração dos Administradores e de R$ 53.824 mil para custear planos de previdência de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente às Resoluções da CMN nº 5.177/24 e nº 432/24, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Remuneração de curto, médio e longo prazo	277.016
Pós emprego - Plano de previdência	13.951
Total	**290.967**

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 31 de março de 2025
• Ações ordinárias	0,32%
• Ações preferenciais	1,00%
• Total de ações (1)	**0,66%**

(1) Em 31 de março de 2025, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,13% de ações ordinárias, 1,04% de ações preferenciais e 1,59% do total de ações.

38) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

Para o primeiro trimestre de 2025 o Bradesco manteve os mesmos critérios divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, em especial quanto aos critérios relacionados a mensuração de acordo com os níveis hierárquicos, análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3 e metodologias utilizadas para determinar os valores justos.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, riscos sociais, ambientais e climáticos, bem como das exposições a riscos do Bradesco, podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos da Organização.

a) Gerenciamento de Capital

O Índice de Basileia é um dos principais indicadores monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital. Sua finalidade é medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. A tabela abaixo apresenta a composição do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, conforme as normas do Bacen. Durante o período, o Bradesco atendeu a todos os requerimentos mínimos regulatórios.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R$ mil Basileia III Em 31 de março de 2025 Prudencial
Capital regulamentar - valores	
Capital Principal	114.756.958
Nível I	134.814.099
Patrimônio de Referência - PR	160.025.251
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores	
RWA total	1.035.930.881
Capital regulamentar como proporção do RWA	
Índice de Capital Principal - ICP	11,1%
Índice de Nível I	13,0%
Índice de Basileia	15,4%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA	
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,00%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%
ACP total (1)	3,50%
Margem excedente de Capital Principal	3,09%
Razão de Alavancagem (RA)	
Exposição total	1.922.073.096
RA	7,0%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	184.190.422
Total de saídas líquidas de caixa	135.671.320
LCR	135,8%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.000.314.069
Recursos estáveis requeridos (RSF)	841.750.194
NSFR	118,8%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

b) Risco de crédito

Mensuração do risco de crédito

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.
A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;

- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e

- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;

- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;

- Estágio 3 (Descumprimento ou *"impaired"*): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas;

- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;

- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e

- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;

- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;

- Estágio 3 (Descumprimento ou "*impaired*"): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;

- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;

- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e

- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar à complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R$ mil	
	Em 31 de março de 2025	
	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros		
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	17.290.696	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6) (1)	418.899.321	(289.361)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	98.213.854	(3.416)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	282.871.484	(5.919.934)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10)	168.393.333	-
Operações de crédito e de Arrendamento mercantil (Nota 12)	619.202.968	(47.330.060)
Outros ativos financeiros (Nota 13)	157.081.607	(3.842.129)
Provisão para perda esperada		
Compromissos de Empréstimos (Nota 12)	328.699.826	(2.342.458)
Garantias financeiras (Nota 12)	116.462.126	(1.316.049)
Total da exposição	**2.207.115.215**	**(61.043.407)**

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

c) Concentração das operações de crédito

	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Por concentração	
Maior devedor	5.675.885
Dez maiores devedores	30.104.836
Vinte maiores devedores	44.064.632
Cinquenta maiores devedores	69.971.636
Cem maiores devedores	91.682.511

d) Setor de atividade econômica

	R$ mil	
	Em 31 de março de 2025	%
Setor público	**6.175.006**	**0,8**
Setor privado	**722.047.143**	**99,2**
Total	**728.222.149**	**100,0**
Pessoa jurídica	**316.858.320**	**43,5**
Atividades imobiliárias e construção	22.579.570	3,1
Varejo	37.032.577	5,1
Serviços	87.556.540	12,0
Transportes e concessão	27.536.608	3,8
Automobilística	7.780.661	1,1
Alimentícia	13.662.388	1,9
Atacado	21.168.109	2,9
Energia elétrica	8.688.039	1,2
Petróleo, derivados e atividades agregadas	5.791.441	0,8
Demais setores	85.062.387	11,7
Pessoa física	**411.363.829**	**56,5**

Mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias reais, formalizadas por meio de instrumentos jurídicos como alienações fiduciárias, hipotecas, pela utilização de garantias fidejussórias, tais como avais e fianças de terceiros, ou ainda pela utilização de instrumentos financeiros, como os derivativos de crédito, ou acordos de compensação (*netting*). A avaliação da eficiência desses instrumentos é realizada considerando o tempo para recuperação e realização do bem dado em garantia, o seu valor de mercado, o risco de contraparte dos garantidores e a segurança jurídica dos contratos. Os principais tipos de garantias reais são: depósitos a prazo; aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários; imóveis residenciais e comerciais; bens móveis como veículos, aeronaves; incluem-se ainda entre as garantias reais, títulos comerciais como duplicatas, cheques e faturas de cartão de crédito. Entre os avais e fianças destacam-se as garantias bancárias.

Os derivativos de crédito são contratos bilaterais no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro e seu risco é transferido para a contraparte vendedora da proteção. Normalmente, esta recebe uma remuneração ao longo da vigência da operação. No caso de descumprimento do tomador (*default*), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte vendedora recebe o ativo subjacente em troca do referido pagamento.

No quadro abaixo está demonstrado o valor justo das garantias nas operações de crédito.

	R$ mil	
	Em 31 de março de 2025	
	Valor Contábil (1)	Valor Justo da Garantia
Pessoa Jurídica	**316.858.320**	**212.889.222**
Estágio 1	283.645.287	195.917.479
Estágio 2	7.812.143	5.901.543
Estágio 3	25.400.890	11.070.200
Pessoa Física	**411.363.829**	**381.391.885**
Estágio 1	354.846.816	347.799.806
Estágio 2	23.505.904	19.718.156
Estágio 3	33.011.109	13.873.923
Total	**728.222.149**	**594.281.107**

(1) Do saldo contábil total de operações de crédito R$ 327.334 milhões referem-se a operações sem garantias.

e) Risco de mercado

VaR Modelo Interno – Carteira *Trading*

O VaR para o horizonte de 1 dia está demonstrado no quadro a seguir:

Fatores de riscos (1)	R$ mil
	Em 31 de março de 2025
Prefixado	1.336
IGP-M / IPCA	3.096
Cupom cambial	182
Moeda estrangeira	4.085
Renda variável	2.758
Soberanos/*eurobonds e treasuries*	2.538
Outros	11.517
Efeito correlação/diversificação	(9.042)
VaR *(Value at Risk)*	**16.470**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 5,74 foi utilizado um cenário de R$ 5,80, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,09 % foi aplicado um cenário de 15,10%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 5,74 foi utilizado um cenário de R$ 7,18, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,09% foi utilizado um cenário de 18,86%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R$ 5,74 foi utilizado um cenário de R$ 8,61, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 15,09% foi utilizado um cenário de 22,63%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

I - Análise de Sensibilidade – Carteira *Trading*

		R$ mil		
		Carteira *Trading* (1)		
		Em 31 de março de 2025		
		Cenários		
		1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(41)	(18.564)	(39.549)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(44)	(10.532)	(22.304)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(13)	(1.746)	(3.453)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(2.523)	(63.066)	(126.131)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(877)	(21.913)	(43.825)
Soberanos/*eurobonds e treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	180	16.479	33.651
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(1)	(23)	(45)
Total sem correlação dos fatores de risco		**(3.318)**	**(99.364)**	**(201.657)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 365 bps e 708 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Mar/2025.

Demonstramos a seguir, os impactos das exposições financeiras (valor justo) considerando, também, a Carteira *Banking* (composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*).

II - Análise de Sensibilidade – Carteiras *Trading* e *Banking*

		R$ mil		
		Carteira *Trading e Banking* (1)		
		Em 31 de março de 2025		
		Cenários		
		1	**2**	**3**
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(12.526)	(4.649.560)	(9.041.103)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(14.901)	(2.457.153)	(4.323.260)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1.460)	(176.548)	(342.048)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(6.793)	(169.821)	(339.643)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(31.875)	(796.878)	(1.593.757)
Soberanos/*eurobonds e treasuries*	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	1.834	194.266	379.742
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	6	159	318
Total sem correlação dos fatores de risco		**(65.715)**	**(8.055.536)**	**(15.259.750)**

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e
(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 376 bps e 741 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Mar/2025.

f) Apresentamos o balanço patrimonial por moedas e por prazo

I - Balanço patrimonial por moedas

R$ mil

	Em 31 de março de 2025		
	Balanço	Nacional	Estrangeira (1) (2)
Ativo			
Disponibilidades	**17.290.696**	**10.785.312**	**6.505.384**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**437.371.620**	**431.376.984**	**5.994.636**
- Títulos e valores mobiliários	418.609.960	413.977.293	4.632.667
- Instrumentos financeiros derivativos	18.761.660	17.399.691	1.361.969
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**98.210.438**	**86.447.897**	**11.762.541**
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	98.210.438	86.447.897	11.762.541
Ativos financeiros ao custo amortizado	**1.287.173.108**	**1.211.396.508**	**75.776.600**
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	168.393.333	165.736.088	2.657.245
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	116.715.839	116.650.656	65.183
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	276.951.550	266.935.802	10.015.748
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	565.495.073	506.298.859	59.196.214
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6.377.835	6.377.541	294
- Outros ativos financeiros	153.239.478	149.397.562	3.841.916
Ativos não financeiros mantidos para venda	**1.536.874**	**1.536.874**	**-**
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	**12.151.286**	**12.151.286**	**-**
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	**8.416.372**	**8.315.676**	**100.696**
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	**18.454.568**	**18.300.914**	**153.654**
Impostos a compensar	**12.043.705**	**11.835.706**	**207.999**
Crédito tributário	110.900.083	**110.691.313**	208.770
Outros ativos	16.161.927	**14.403.674**	1.758.253
Total do Ativo	**2.019.710.677**	**1.917.242.144**	**102.468.533**

Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	**1.343.327.335**	**1.264.306.636**	**79.020.699**
- Recursos de instituições financeiras	346.270.569	323.168.126	23.102.443
- Recursos de clientes	620.316.697	574.753.623	45.563.074
- Recursos de emissão de títulos	263.185.676	252.923.279	10.262.397
- Dívidas subordinadas	58.925.938	58.925.938	-
- Outros passivos financeiros	54.628.455	54.535.670	92.785
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**15.763.703**	**12.181.215**	**3.582.488**
Provisão para perda esperada	**3.658.507**	**3.401.578**	**256.929**
- Compromissos de empréstimos	-	-	-
- Créditos a liberar	2.342.458	2.088.231	254.227
- Garantias Financeiras	1.316.049	1.313.347	2.702
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	**414.273.327**	**414.257.497**	**15.830**
Outras provisões	**31.768.863**	**31.608.622**	**160.241**
Impostos correntes	**1.175.259**	**1.109.991**	**65.268**
Impostos diferidos	**4.857.217**	**4.786.860**	**70.357**
Outros passivos	**39.882.536**	**38.304.388**	**1.578.148**
Total do passivo	**1.854.706.747**	**1.769.956.787**	**84.749.960**
Patrimônio líquido			
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	164.192.817	164.192.817	-
Participação de acionistas não controladores	811.113	811.113	-
Total do Patrimônio Líquido	**165.003.930**	**165.003.930**	**-**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**2.019.710.677**	**1.934.960.717**	**84.749.960**
Posição líquida de ativos e passivos			**17.718.573**
Derivativos - posição líquida (2)			(15.205.831)
Outras contas de compensação líquidas (3)			(653.086)
Posição cambial líquida (passiva) (4)	**-**		**1.859.656**

(1) Valores expressos e/ou indexados, basicamente, em dólares norte-americanos;
(2) Excluídas as operações vencíveis em D+1, a serem liquidadas em moeda do último dia do mês;
(3) Referem-se a outros compromissos registrados em conta de compensação;
(4) Os ativos, passivos e resultados dos investimentos e dependências no exterior são convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local, sendo que os efeitos resultantes do processo de conversão, totalizaram no acumulado em 31 de março de 2025, R$ (2.651.287) mil e foram registrados no resultado. Estes efeitos foram neutralizados pelos resultados obtidos pelos instrumentos financeiros utilizados para proteger os efeitos da variação cambial produzida pelos nossos investimentos no exterior. Para os investimentos no exterior que possuem moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R$ 757.217 mil;
e
(5) No período/exercício a variação cambial dos instrumentos financeiros reconhecida no resultado foi de R$ (563.272) mil.

II - Balanço patrimonial por prazo

R$ mil

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	**17.290.696**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.290.696**
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**427.125.897**	**1.130.590**	**794.897**	**8.320.236**	**-**	**437.371.620**
- Títulos e valores mobiliários	418.609.960	-	-	-	-	418.609.960
- Instrumentos financeiros derivativos	8.515.937	1.130.590	794.897	8.320.236	-	18.761.660
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**7.962.793**	**12.397.802**	**3.566.864**	**69.179.669**	**5.103.310**	**98.210.438**
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.962.793	12.397.802	3.566.864	69.179.669	5.103.310	98.210.438
Ativos financeiros ao custo amortizado	**285.747.292**	**177.545.311**	**115.028.395**	**708.852.110**	**-**	**1.287.173.108**
- Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	9.823.579	28.134.636	4.352.949	126.082.169	-	168.393.333
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	116.715.839	-	-	-	-	116.715.839
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (1) (2)	2.805.598	15.200.008	20.026.848	238.919.096	-	276.951.550
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	88.421.686	99.220.102	73.657.893	304.195.392	-	565.495.073
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	9.918.171	(613.364)	(608.411)	(2.318.561)	-	6.377.835
- Outros ativos financeiros	58.062.419	35.603.929	17.599.116	41.974.014	-	153.239.478
Ativos não financeiros mantidos para venda	**1.536.861**	**-**	**-**	**13**	-	1.536.874
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	**-**	**-**	**-**	**-**	**12.151.286**	**12.151.286**
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	**93.053**	**465.266**	**558.319**	**6.607.628**	**692.106**	**8.416.372**
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	**501.976**	**1.548.433**	**2.036.439**	**14.115.262**	**252.458**	**18.454.568**
Impostos a compensar	**2.355.275**	**476.896**	**1.861.726**	**7.349.808**	**-**	**12.043.705**
Crédito tributário	**3.171.634**	**16.119.240**	**7.956.664**	**83.652.545**	**-**	**110.900.083**
Outros Ativos	**13.459.562**	**156.811**	**118.742**	**2.426.812**	**-**	**16.161.927**
Total em 31 de março de 2025	**759.245.039**	**209.840.349**	**131.922.046**	**900.504.083**	**18.199.160**	**2.019.710.677**
Passivo						
Passivos financeiros ao custo amortizado	**512.984.827**	**153.254.891**	**183.537.416**	**474.396.846**	**19.153.355**	**1.343.327.335**
- Recursos de Instituições Financeiras (1) (3)	281.460.029	29.304.150	15.169.504	20.336.886	-	346.270.569
- Recursos de Clientes (3)	193.323.254	52.395.587	84.548.094	290.049.762	-	620.316.697
- Recursos de Emissão de Títulos	9.707.248	44.461.893	76.517.515	132.499.020	-	263.185.676
- Dívidas Subordinadas	344.293	9.811.152	1.040.072	28.577.066	19.153.355	58.925.938
- Outros Passivos Financeiros	28.150.003	17.282.109	6.262.231	2.934.112	-	54.628.455
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	**10.117.431**	**1.029.142**	**1.105.931**	**3.511.199**	**-**	**15.763.703**
Provisão para perda esperada	**3.658.507**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.658.507**
- Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	2.342.458	-	-	-	-	2.342.458
- Garantias Financeiras	1.316.049	-	-	-	-	1.316.049
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	**365.718.365**	**-**	**-**	**48.554.962**	**-**	**414.273.327**
Outras provisões	**15.974.436**	**985.367**	**1.461.824**	**13.347.236**	**-**	**31.768.863**
Impostos correntes	**1.074.245**	**11.866**	**74.313**	**14.835**	**-**	**1.175.259**
Impostos diferidos	**606.744**	**146.741**	**64.906**	**4.038.826**	**-**	**4.857.217**
Outros passivos	**39.627.279**	**76.300**	**8.828**	**170.129**	**-**	**39.882.536**
Patrimônio líquido						

Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores	-	-	-	-	164.192.817	164.192.817
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	811.113	811.113
Total Patrimônio líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**165.003.930**	**165.003.930**
Total em 31 de março de 2025	**949.761.834**	**155.504.307**	**186.253.218**	**544.034.033**	**184.157.285**	**2.019.710.677**

(1) As operações vinculadas a compromissos de recompra estão classificadas conforme o prazo da operação;
(2) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas no prazo de 1 a 30 dias; e
(3) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

g) Valor justo de ativos e passivos financeiros

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	R$ mil	
	Em 31 de março de 2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	168.393.333	168.401.405
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	116.715.839	116.715.839
Títulos e valores mobiliários:		
Ao valor justo por meio do resultado (1)	418.609.960	418.609.960
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	98.210.438	98.210.438
Ao custo amortizado (1)	276.951.550	262.272.015
Instrumentos financeiros derivativos	18.761.660	18.761.660
Operações de crédito e arrendamento mercantil	571.872.908	557.308.727
Outros ativos financeiros	153.239.478	153.239.478
Passivos		
Recursos de instituições financeiras	346.270.569	345.969.341
Recursos de clientes	620.316.697	617.686.103
Recursos de emissão de títulos	263.185.676	264.361.272
Dívidas subordinadas	58.925.938	60.512.630
Instrumentos financeiros derivativos	15.763.703	15.763.703
Outros passivos financeiros	54.628.455	54.628.455

(1) Inclui títulos com características de concessão de créditos.

	R$ mil			
	Em 31 de março de 2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado	**373.567.917**	**41.997.120**	**3.044.923**	**418.609.960**
Letras financeiras do tesouro	213.921.595	-	-	213.921.595
Letras do tesouro nacional	62.888.074	-	-	62.888.074
Notas do tesouro nacional	45.845.216	-	-	45.845.216
Letras financeiras	-	32.044.882	-	32.044.882
Debêntures	23.684.037	1.864.638	710.708	26.259.383
Ações	8.850.833	3.760.873	2.041.839	14.653.545
Outros	18.378.162	4.326.727	292.376	22.997.265
Derivativos	**(1.242.384)**	**4.652.295**	**(411.954)**	**2.997.957**
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	7.782.561	10.869.140	109.959	18.761.660
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	(9.024.945)	(6.216.845)	(521.913)	(15.763.703)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**96.580.477**	**605.793**	**1.024.168**	**98.210.438**
Notas do tesouro nacional	34.366.152	-	-	34.366.152
Letras do tesouro nacional	23.017.065	-	-	23.017.065
Letras financeiras do tesouro	22.592.038	-	-	22.592.038
Títulos de governos estrangeiros	7.272.750	-	-	7.272.750
Ações	3.631.243	-	1.013.622	4.644.865
Outros	5.701.229	605.793	10.546	6.317.568
Total	**468.906.010**	**47.255.208**	**3.657.137**	**519.818.355**
Públicos	**413.565.724**	**29.683**	**10.547**	**413.605.954**
Privados	**55.340.286**	**47.225.525**	**3.646.590**	**106.212.401**

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Em 1º de janeiro de 2025	**1.541.201**	**1.977.060**	**137.552**	**(557.559)**	**3.098.254**
Incluído no resultado	531.294	(2.850)	-	-	528.444
Incluído em outros resultados abrangentes	-	(61.667)	-	-	(61.667)
Entradas	123.219	-	-	-	123.219
Baixas	(38.258)	(1.500)	(27.593)	35.646	(31.705)
Vencimentos	-	(3.943)	-	-	(3.943)
Transferência entre níveis (1)	4.535	-	-	-	4.535
Em 31 de março de 2025	**2.161.991**	**1.907.100**	**109.959**	**(521.913)**	**3.657.137**

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3

R$ mil

	Em 31 de março de 2025					
	Impacto no resultado			Impacto no patrimônio		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(3)	(971)	(1.859)	(1)	(238)	(459)
Índices de preços	-	(32)	(59)	-	-	-
Cupom cambial	(27)	(3.226)	(6.312)	-	-	-
Moeda estrangeira	1.372	34.302	68.605	-	-	-
Renda variável	11.026	275.648	551.297	5.474	136.839	273.678

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

R$ mil

	Em 31 de março de 2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	168.401.405	-	168.401.405	168.393.333
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (1)	163.328.334	90.100.779	8.842.902	262.272.015	276.951.550
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	-	557.308.727	557.308.727	571.872.908
Passivos					
Recursos de instituições financeiras	-	-	345.969.341	345.969.341	346.270.569
Recursos de clientes	-	-	617.686.103	617.686.103	620.316.697
Recursos de emissão de títulos	-	-	264.361.272	264.361.272	263.185.676
Dívidas subordinadas	-	-	60.512.630	60.512.630	58.925.938

(1) Inclui títulos com características de concessão de créditos.

39) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Organização Bradesco, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil acumulado em 31 de março de 2025 foi de R$ 5.802.082 mil, o resultado recorrente foi de R$ 5.863.644 mil e o resultado não recorrente foi de R$ (61.562) mil líquido de impostos, referente a Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI).

b) Fundos de investimentos e carteiras

A Organização administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 31 de março de 2025 atingiram R$ 1.279.861.454 mil.

c) Benefícios a empregados

As despesas totais com contribuições efetuadas, no acumulado em 31 de março de 2025, foram de R$ 108.925 mil.

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram, no acumulado em 31 de março de 2025, o montante de R$ 1.385.240 mil.

d) Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, informamos que o Banco Bradesco S.A. possui acordos para a compensação e liquidação de obrigações firmadas com determinadas contrapartes. As obrigações de pagamento para com o Banco Bradesco S.A., decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Bradesco junto à contraparte.

e) Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. O Banco está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

f) Em 8 de agosto de 2024, nós, por meio das nossas controladas, celebramos um Acordo de Investimentos com a John Deere Brasil S.A. (“John Deere Brasil”), uma subsidiária integral da Deere & Company (USA), uma das líderes globais no fornecimento de equipamentos agrícolas, de construção e silvicultura. Por meio deste acordo, deteremos uma participação de 50% no Banco John Deere S.A. (“Transação”). Essa parceria estratégica fortalecerá ainda mais o posicionamento nos setores de agronegócio e construção, expandindo a oferta de financiamento e serviços financeiros para clientes e concessionários na aquisição de equipamentos, peças e serviços do grupo John Deere. Em 10 de fevereiro de 2025, após o cumprimento das condições precedentes, legais e regulatórias, a aquisição foi concluída.

Data-Base 29.4.2025

Conselho de Administração

Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente
Alexandre da Silva Glüher

Membros
Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior
Rogério Pedro Câmara

Membros Independentes
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Walter Luis Bernardes Albertoni
Paulo Roberto Simões da Cunha
Denise Pauli Pavarina

Diretoria

Diretor-Presidente
Marcelo de Araújo Noronha

Diretores Vice-Presidentes
Cassiano Ricardo Scarpelli
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Bruno D´Avila Melo Boetger

Diretores Executivos
João Carlos Gomes da Silva
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Edilson Dias dos Reis
Juliano Ribeiro Marcílio
André Luis Duarte de Oliveira
Cintia Scovine Barcelos de Souza
Fernando Freiberger
José Augusto Ramalho Miranda
Marcos Valério Tescarolo
Renata Geiser Mantarro
Vinicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Túlio Xavier de Oliveira
Francesco Di Marcello

Diretores
Affonso Correa Taciro Junior
Alessandro Zampieri
Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
Alexandre Panico
Ana Luisa Rodela Blanco
André Costa Carvalho
André David Marques
André Ferreira Gomes
Antonio Campanha Junior
Bráulio Miranda Oliveira
Bruno Funchal
Bruno Rosa Cardoso
Carlos Henrique Villela Pedras
Carlos Leibowicz
Carlos Wagner Firetti
Clayton Neves Xavier
*Cristiano Adjuto e Campos
Cristina Coelho de Abreu Pinna
Daniela Pinheiro de Castro
Danilo Luis Damasceno
Fábio Suzigan Dragone
Fernando Antônio Tenório
Fernando Honorato Barbosa
Francisco Armando Aranda
Jeferson Ricardo Garcia Honorato
José Leandro Borges
Juliana Laham
Julio Cardoso Paixão
Júlio César de Almeida Guedes
Layette Lamartine Azevedo Junior
Leandro José Diniz
Leandro Karam Correa Leite
Leandro Marçal Araújo
Letícia Cardelli Buso Gomes
Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira
Luiz Philipe Roxo Biolchini
Manoel Guedes de Araujo Neto
Marcelo Souza Ramos
Marco Aurélio Galicioli
Marcos Alexandre Pina Cavagnoli
Marcos Daniel Boll
Marina Bauab Carvalho Werebe
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Marina Gravina Veasey
Mateus Pagotto Yoshida
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
Nathalia Lobo Garcia Miranda
Patrícia Kessler de Assumpção
Rafael Forte Araújo Cavalcanti
Rafael Padilha de Lima Costa
Ricardo Eleutério da Silva
Roberto França
Roberto Medeiros Paula
Romero Gomes de Albuquerque
Rubia Becker
Ruy Celso Rosa Filho
Soraya Bahde
Telma Maria dos Santos Calura
Vasco Azevedo
Vinícius Panaro

Diretores Regionais
Altair Luiz Guarda
Amadeu Emilio Suter Neto
César Cabús Berenguer Silvany
Deborah D'Avila Pereira Campani Santana
Edmir José Domingues
Hebercley Magno dos Santos Lima
José Roberto Guzela
Marcelo Magalhães
Marcos Alberto Willemann
Nelson Pasche Junior
Welder Coelho de Oliveira

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria
Paulo Ricardo Satyro Bianchini – Coordenador
Amaro Luiz de Oliveira Gomes – Membro Qualificado
* Antonio José da Barbara - Membro
* Samuel Monteiro dos Santos Junior - Membro

Comitê de Remuneração
Alexandre da Silva Glüher - Coordenador
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Fabio Augusto Iwasaki (Membro não Administrador)

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética
Alexandre da Silva Glüher - Coordenador
Maurício Machado de Minas
Walter Luis Bernardes Albertoni
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior
Rogério Pedro Câmara
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Silvana Rosa Machado
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Affonso Correa Taciro Junior

Comitê de Riscos
Maurício Machado de Minas - Coordenador
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Paulo Roberto Simões da Cunha
Rogério Pedro Câmara

Comitê de Nomeação e Sucessão
Luiz Carlos Trabuco Cappi - Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade
Maurício Machado de Minas - Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Denise Aguiar Alvarez
Walter Luis Bernardes Albertoni
Denise Pauli Pavarina
Octavio de Lazari Junior
Rogério Pedro Câmara
Marcelo de Araújo Noronha
Moacir Nachbar Junior
Bruno D'Avila Melo Boetger
Juliano Ribeiro Marcílio
Silvana Rosa Machado
André Costa Carvalho
Fabiana Costa Tolentino

Comitê Estratégico
Alexandre da Silva Glüher - Coordenador
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Denise Pauli Pavarina
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Vinicius Urias Favarão

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação
André Costa Carvalho - Coordenador
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Moacir Nachbar Junior
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Vinicius Urias Favarão
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Antonio Campanha Junior
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Vinícius Panaro

*** Conselho Fiscal**

Membros Efetivos
José Maria Soares Nunes
Joaquim Caxias Romão
Vicente Carmo Santo
Ludmila de Melo Souza
Ava Cohn

Membros Suplentes
Frederico William Wolf
Artur Padula Omuro
Luiz Eduardo Nobre Borges
Mônica Pires da Silva
Marcos Aparecido Galende

Ouvidoria
Marcos Daniel Boll - Ouvidor

Departamento de Contadoria Geral
Vinícius Panaro
Contador – CRC 1SP324844/O-6

*** nomeação/eleição pendentes de homologação pelo BACEN. Consequentemente, não tomaram posse dos cargos**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Ao
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Bradesco S.A ("Bradesco" ou "Banco") em 31 de março de 2025, que compreendem os balanços patrimoniais consolidados em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, e as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

A administração do Bradesco é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, em 31 de março de 2025, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase – Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações

financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Bradesco, e apresentadas como informação suplementar às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com a IAS 34 – Interim Financial *Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e foram apresentadas separadamente pelo Bradesco nesta data e sobre as quais emitimos relatório de revisão limitada, não contendo qualquer modificação, com data de 30 de abril de 2025.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Cláudio Rogélio Sertório Contador

CRC 1SP212059/O-0

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do Banco Bradesco S.A. (Bradesco), referentes ao primeiro trimestre de 2025, e, com base: (i) nas reuniões realizadas com a KPMG Auditores Independentes e nos seus relatórios; (ii) nas reuniões realizadas com o Comitê de Auditoria e nos seus relatórios; e (iii) nas informações recebidas em reuniões com os administradores e gestores de áreas do Bradesco, concluíram que os citados documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Bradesco e ratifica o julgamento da KPMG Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria de que os controles internos são adequados ao porte e à complexidade de seus negócios.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 30 de abril de 2025

José Maria Soares Nunes

Joaquim Caxias Romão

Vicente Carmo Santo

Ludmila de Melo Souza

Ava Cohn

Declaração do Diretor-Presidente

Eu, Marcelo de Araújo Noronha, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2025, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 30 de abril de 2025.

Marcelo de Araújo Noronha
Diretor-Presidente

Declaração do Diretor Vice-Presidente

Eu, Cassiano Ricardo Scarpelli, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.

2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2025, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 30 de abril de 2025.

Cassiano Ricardo Scarpelli
Diretor Vice-Presidente